

Margarida Vieira Lima Carvalho

O movimento associativo da **APAEB Serrinha:**

Desafios e possibilidades



Margarida Vieira Lima Carvalho

O movimento associativo da **APAEB Serrinha:**

Desafios e possibilidades



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Imagens da capa

iStock e acervo da autora

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva da autora, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos a autora, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia /
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

O movimento associativo da APAEB Serrinha: desafios e possibilidades

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: A autora
Autora: Margarida Vieira Lima Carvalho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
C331	<p>Carvalho, Margarida Vieira Lima O movimento associativo da APAEB Serrinha: desafios e possibilidades / Margarida Vieira Lima Carvalho. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-1430-8 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.308232006</p> <p>1. Agricultura. I. Carvalho, Margarida Vieira Lima. II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 630</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DA AUTORA

A autora desta obra: 1. Atesta não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao conteúdo publicado; 2. Declara que participou ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certifica que o texto publicado está completamente isento de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirma a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhece ter informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autoriza a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Agradeço imensamente, à equipe gestora da APAEB Serrinha, de forma primordial à diretora desta instituição, e demais participantes da pesquisa por ter dedicado seu tempo para colaborar na construção desse trabalho. Agradeço também aos responsáveis pelo Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES), vinculado à Universidade do Estado da Bahia (UNEB), departamento de Educação Campus XI – Serrinha. À minha orientadora, que durante a jornada dedicou parte do seu tempo para fazer as devidas instruções e orientações. Aos colegas de turma que durante este período compartilharam as dificuldades e conhecimentos, tornando os momentos difíceis mais suaves.

Aqui na região
Planto milho e feijão
A APAEB incentiva
Agricultura do Sertão

A roça planta
A cidade janta
Alimentos saudáveis
A nós encanta

Pesquisar é importante
Descobrir nossas raízes
Mostrar nossa cultura
Aqui no nosso País.

Os movimentos sociais
Discutem as políticas públicas
Incentivam renascer
Não deixem eles morrerem

(M.A., Oficina realizada em 28/09/2021)

Este ebook é produto resultante da pesquisa intitulada **O TRABALHO ASSOCIATIVO NA APAEB SERRINHA-BA E POLÍTICAS PÚBLICAS: implicações na organização sociopolítica dos agricultores familiares**, realizada no programa de Mestrado de Intervenção Educativa e Social (MPIES), UNEB, Campus XI. Tem como finalidade apresentar a dinâmica percorrida no processo de constituição e desenvolvimento da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB), Serrinha.

As etapas de organização deste *ebook* apresenta em um primeiro momento, as características do Território do Sisal, espaço de contrastes sociais e que durante décadas conviveu com essa realidade desafiadora. Por se tratar de uma região com predominância climática semiárida com períodos de estiagem muito longa, essa realidade serviu de justificativa para a realização de uma política coronelista e patriarcalista, a qual reflete nas condições econômicas, educativas e sociais dessa região.

Em segundo momento, apresenta aspectos da história da APAEB Serrinha, através do resgate das memórias, as quais foram registradas por meio de entrevistas realizadas com ex-associados e do levantamento feito em documentos internos da instituição. Desse modo, é apresentado como surgiu a iniciativa da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB) e as mudanças ocorridas.

No terceiro momento, é feita a apresentação das atividades desenvolvidas pela APAEB Serrinha, resultado do levantamento de dados no *blog* e no *facebook* da instituição. Dessa forma, foi possível analisar as diversas ações concretizadas pela APAEB Serrinha em sua trajetória de constituição.

Ao acompanhar a trajetória dessa instituição, você terá a oportunidade de conhecer a dinâmica dos movimentos sociais que repercutiu no Território do Sisal, como fonte de inspiração, para orientar agricultores familiares a superar as dificuldades existentes na região.

INTRODUÇÃO	1
APAEB: TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO	4
APAEB: como tudo começou	7
APAEB: Após a municipalização até os dias atuais	18
Área de atuação geográfica.....	24
Linhas de atuação	25
ARTICULAÇÕES E PRÁTICAS	26
Água, fonte de vida e prosperidade	26
Programa Uma Terra e Duas Águas	27
Atividades realizadas em comunidades e regiões.....	31
Aprendizado: curso do P1+2, comunidade Canto, município de Serrinha	33
Banco de sementes - garantir a continuidade do plantio e da alimentação	35
Juventude educada, sociedade transformada	38
O papel das mulheres na APAEB Serrinha	44
Comercialização de produtos	47
Mobilizações Sociais: é preciso defender nossos direitos	55
O TRABALHO INTERNO NA APAEB	62
Escolha da nova equipe de gestão	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS	70
SOBRE A AUTORA	74

INTRODUÇÃO

Este *ebook* é um produto, resultante de uma pesquisa feita no programa de Mestrado de Intervenção Educativa e Social (MPIES), UNEB, Campus XI. Ele tem como finalidade apresentar alguns aspectos do processo de constituição e desenvolvimento da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB), Serrinha, levando em consideração as dificuldades, os avanços e implicações junto às comunidades em que atua.

A APAEB Serrinha é uma organização criada na década de 1980, como entidade sem fins lucrativos, que, na época, tinha como objetivo encontrar alternativas para melhorar as condições de reprodução da vida dos agricultores familiares. A ideia de criar esta associação nasceu motivada por diálogos entre o Movimento das Organizações Comunitárias (MOC), o Sindicato Rural e a Pastoral Rural. Estas organizações estimularam a realização de atividades nas comunidades, promovendo ciclos de conversas e despertando para a possibilidade de mudar a realidade, tendo como referência as lutas dos agricultores familiares, na perspectiva de melhoria das condições de vida no campo.

A princípio, a APAEB nasceu na cidade de Serrinha, em que participaram integrantes dos municípios acima mencionados. Posteriormente, mediante situações de conflitos entre as representações da APAEB, foi necessário pensar na municipalização, visto que, assim, seria mais viável tratar das realidades locais, abordando os problemas que afetam a vida dos agricultores familiares na particularidade de cada município.

Segundo Santos (2011), a APAEB Serrinha foi forjada no Território do Sisal por incentivo do MOC e teve suas raízes plantadas por alguns padres da Igreja Católica. Foi um trabalho embrionário desenvolvido por meio das pastorais, que repercutiu positivamente, visto que, pelo diálogo, foram construídas novas perspectivas de desenvolvimento para o campo.

Reconhecer a importância do trabalho associativista no Território do Sisal se faz necessário, visto que, através da busca por alternativas que dessem condições mínimas de trabalho ao agricultor familiar, muitas mudanças ocorreram, especialmente no tocante à organização política dos agricultores. Assim, Santos (2011) afirma que não podemos superdimensionar o trabalho associativo, mas reconhecer que, orientado por princípios éticos e sociais, este trabalho promoveu e pode continuar promovendo constantes mudanças no contexto local e territorial.

Desse modo, Teixeira (2001) afirma que valorizar as ações desenvolvidas pela sociedade civil é uma forma de validar e fortalecer outras intervenções, principalmente

voltadas para a formação de opinião e para pressionar as ações políticas, tendo em vista que as redes promovidas nesses espaços com a realização de projetos, nos encontros e congressos, nas trocas de experiências, geram ações que buscam assegurar não só direitos sociais, como também fortalecer a estrutura das associações para debater os problemas em comum e fomentar políticas públicas a esse respeito.

Nesse sentido, buscou-se apresentar a dinâmica associativa desenvolvida pela APAEB desde o seu processo de constituição, quando foi registrada como entidade no estado da Bahia, e após o processo de sua municipalização, quando passa a desenvolver atividades de modo autônomo nas cidades de Serrinha, Feira de Santana, Araci, Santa Bárbara, Teofilândia, Ichu e Valente. No que se refere à APAEB Serrinha, foram levantados dados por meio de entrevistas com ex-associados ou associados e através da leitura de documentos internos, a exemplo de atas, currículo da instituição e textos no *facebook* e em *blogs*. Buscou-se, assim, compreender como ocorreram a formação e o desenvolvimento da APAEB Serrinha, especialmente no que se refere à dimensão do trabalho associativo, considerando suas implicações e desafios frente à realidade das políticas públicas da agricultura familiar no contexto brasileiro atual, assim como as contribuições na organização dos agricultores familiares e camponeses no Território do Sisal.

A organização deste *ebook* apresenta inicialmente as características do Território do Sisal, espaço de muitos contrastes sociais e que durante décadas conviveu com essa realidade muito desafiadora. Por se tratar de uma região com predominância climática semiárida e esse ser um dos fatores que contribuem para um período muito longo de estiagem, essa região servia de base para a realização de uma política coronelista e patriarcalista, a qual se reflete nas condições econômicas, educativas e sociais dessa região.

Na sequência, são abordados aspectos da história da APAEB Serrinha, feitos pelo resgate de memórias, que foram registradas em entrevistas realizadas com ex-associados, e pelo levantamento em documentos internos da instituição. Desse modo, o *ebook* mostra como surgiram a iniciativa da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB) e as mudanças ocorridas.

No terceiro momento, apresenta as atividades desenvolvidas pela APAEB Serrinha, resultado do levantamento de dados no *blog* e no *facebook* da instituição. Dessa forma, foi possível analisar as diversas ações concretizadas pela APAEB Serrinha em sua trajetória de constituição.

Nesta trajetória da APAEB Serrinha, é evidenciada em seus projetos uma articulação com o Movimento das Organizações Comunitárias (MOC) e o Sindicato dos Trabalhadores

Rurais, mantendo nas comunidades rurais muitas ações, as quais têm contribuído para o desenvolvimento de hortas, plantações e criação de animais. A APAEB Serrinha mantém nas localidades um constante movimento de atuação das políticas públicas, visto que, através dos projetos, é possível desenvolver ações que facilitem a convivência no campo no semiárido.

É importante notar que a construção social associativista fomentada pela APAEB Serrinha é de grande valia para o contexto coletivo, pois aprimora e mantém a ideia de coletividade em uma sociedade marcada pela cultura individualista cada vez mais presente. Como diz Bauman (2001), vivemos uma era em que o indivíduo, apesar de conviver em sociedade, apresenta sintomas de individualismo muito presentes nas suas ações, o que este autor classifica como o período da modernidade líquida, ou seja, a substituição da ideia de coletividade e de solidariedade pelo individualismo e a transformação do cidadão em um mero consumidor.

Assim, a história da APAEB Serrinha-Ba representa a luta da classe trabalhadora no/do campo, a qual, na atualidade, devido aos cortes das políticas públicas para a agricultura familiar, implementados pelo presidente Jair Bolsonaro, vem enfrentando ainda mais dificuldades, especialmente no que se refere às condições de reprodução social da vida no campo.

APAEB: TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO

A APAEB Serrinha tem sede e fórum no município de Serrinha-Ba, localizado a 177 km de distância da capital, Salvador, inserido no Território do Sisal, figura 1, no qual também se encontram os municípios de Araci, Barrocas, Biringa, Candéal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Queimadas, Retirolândia, São Domingos, Quijingue, Nordestina, Santaluz, Teofilândia, Tucano e Valente.

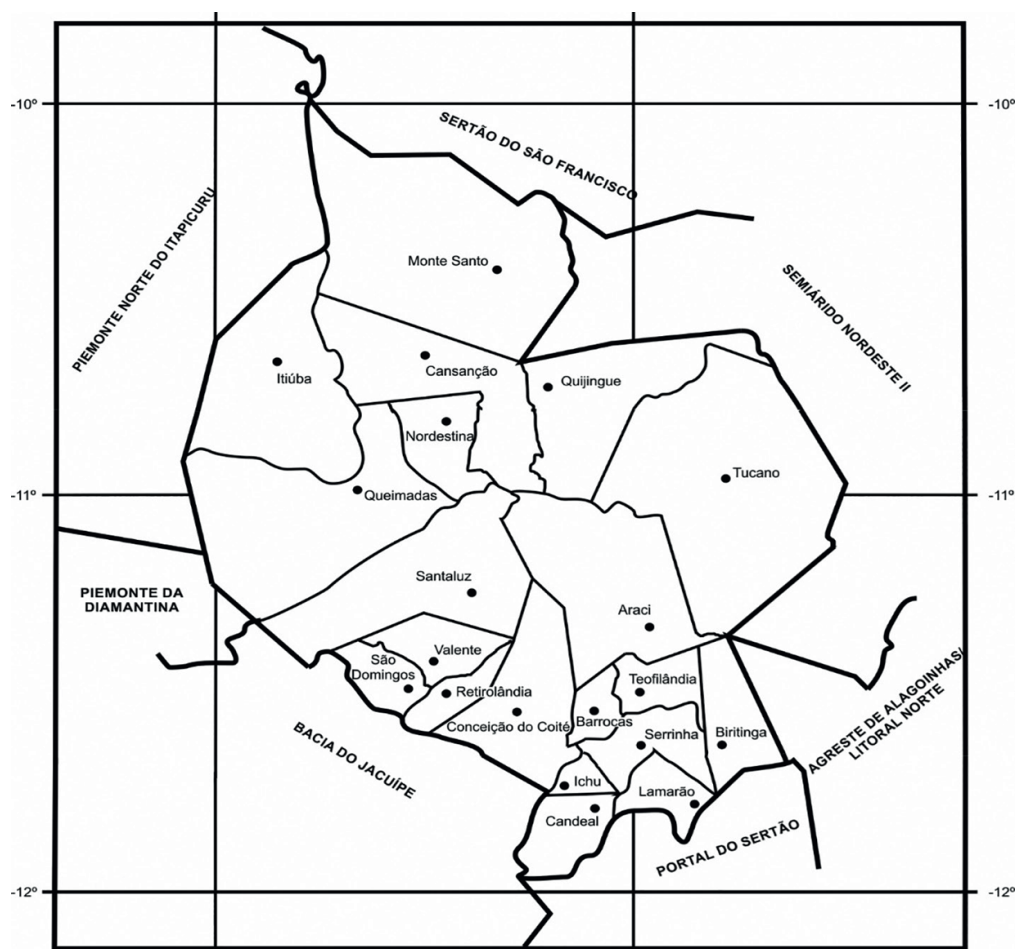


Figura 1: Território do Sisal

Fonte: Silva (2017).

A dimensão territorial do município de Serrinha, figura 2, é representada por uma área que corresponde a 3,6% da área total do estado da Bahia, de 564.692 km². Segundo

dados do Censo Demográfico (2010), dos 76.013 habitantes deste município, 29.574 são moradores da zona rural, o que corresponde a 38,53% da população, e 47.188 são moradores da zona urbana, correspondendo a 61,47% da população. Embora haja um maior percentual de população vivendo na área urbana, nota-se um significativo número de habitantes que ainda se concentram nas comunidades rurais, revelando condições de vida de precariedade e exclusão dos processos sociais e do acesso a serviços básicos.

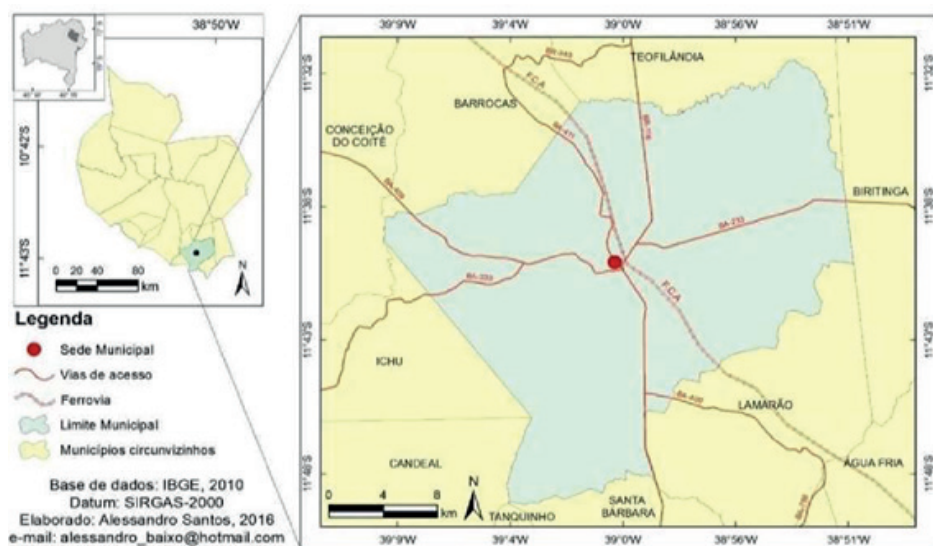


Figura 2: Localização do município de Serrinha no Território do Sisal

Fonte: Oliveira (2016, p. 59).

O reconhecimento do Território do Sisal, figura 1, foi estabelecido a partir das políticas de desenvolvimento territorial, as quais, segundo Silva (2017), advêm tanto do governo da Bahia (os Territórios de Identidade do Estado da Bahia) como do governo federal (os Territórios Rurais e os Territórios da Cidadania).

Segundo Silva (2017), o Território do Sisal está localizado no semiárido da Bahia, sendo caracterizado por um clima seco, com uma temperatura média entre 23,6° C e 24,9° C, com pluviosidade anual entre 485,7 mm (Cansanção) e 942,4 mm (Barrocas). A precipitação pluviométrica é irregular, concentrando 70% das chuvas em apenas dois ou três meses do ano (entre novembro e junho). Esta região tem como vegetação predominante a caatinga. Desse modo, o território não tem estações climáticas bem definidas, sendo predominante o clima semiárido, tendo como exceções os municípios de Icho, Barrocas, Lamarão e Serrinha, considerados como subúmidos a seco.

A economia deste território é composta pela pecuária de pequeno porte, agricultura de subsistência, sendo cultivado em escala comercial o sisal. A agricultura familiar é um setor da sociedade muito presente nesse território, pois auxilia a subsistência das famílias, uma vez que absorve emprego e gera renda. Nesse contexto, há no território aspectos peculiares da agricultura familiar brasileira que, segundo Back Junior (2019), tem como característica principal a união entre a unidade de produção e a família. Assim, a produção se configura com estrutura pouco mecanizada, e isso é uma dificuldade enfrentada pelos agricultores, mas que ainda assim produzem uma variedade de gêneros alimentícios, oportunizando a oferta de alimentos de qualidade em tempo hábil para os consumidores. As condições climáticas, segundo Coelho Neto (2017), são um fator impeditivo de desenvolvimento e crescimento nesse território, além de uma cultura de política oligárquica e patriarcalista nele instalada.

Nesse contexto, os elementos da natureza do semiárido são apropriados e apresentados como obstáculos ao desenvolvimento, que, insistentemente perseguido, parece ser inalcançável por conta da dinâmica da natureza. Na problemática da seca, encontram-se argumentos para justificar a permanência histórica de problemas sociais e econômicos, que, sob essa ótica, são "naturalizados" (COELHO NETO, 2017, p. 53).

Assim, são perpetuados nessa dinâmica muitos problemas sociais, entre eles a pobreza extrema e o analfabetismo que, durante muito tempo, segundo Coelho Neto (2017), forjaram e caracterizaram as riquezas deste território.

Desse modo, o desenvolvimento das associações representa ações da sociedade civil, que, mediante o contexto histórico, busca alternativas para enfrentar as realidades. Logo, com apoio dos organismos multilaterais, políticos, acadêmicos, militantes dos movimentos sociais e organizações não governamentais (ONGs), foi possível desenvolver alternativas para promover o desenvolvimento local desse território. Nesse aspecto, Santos (2010) afirma que as APAEBs fazem parte desse processo de militância em busca de novas perspectivas para a população rural. Segundo o Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia (CODES), o território:

Traz consigo uma história de organização dos movimentos sociais e de articulação de ações visando à implantação de um processo de desenvolvimento sustentável. Foi daí que partiu, em 1979, a primeira mobilização de camponeses no Estado, pós-64, para reivindicar do governo do Estado medidas contra o fisco, que castigava os agricultores no momento da comercialização dos seus produtos. Dessa articulação, nasceu a Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB), municipalizada alguns anos depois (CODES, 2010, p. 12).

Como mencionado no texto acima, essa estrutura hoje usufruída representa a força de um povo de coragem, que, unido, ampliou e conseguiu muitos benefícios para o território e para aqueles que participaram dos processos. Ficaram as memórias de tantos momentos de luta que promoveram mudanças relevantes para o território.

Neste sentido, as ações da APAEB representam esses organismos multilaterais, que buscam minimizar os problemas das desiguais estruturas políticas e econômicas que comprometem a convivência e a sobrevivência do trabalhador rural, que, nesse território, ainda peleja para galgar políticas públicas que levem o interesse da população a reconhecer suas identidades e com elas adaptar-se sem as condições políticas que são postas como uma indústria comercial da política oligárquica.

Santos (2011) afirma que o esforço para resolver problemas de exclusão socioeconômica se origina da estreita relação entre os partidos de esquerda e a vertente progressista da Igreja Católica, que buscam e articulam os projetos, juntamente com os sindicatos e associações, promovendo, assim, uma política de inclusão e uma qualificação profissional das famílias rurais. Desse modo, organizar a produção e a comercialização dos produtos da agricultura familiar, incorporando as famílias ao trabalho produtivo, propiciando oportunidade de geração de trabalho e renda era o principal objetivo desses grupos.

APAEB: COMO TUDO COMEÇOU

Considerando as informações registradas em Ata (1980, p. 01), a fundação da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia – APAEB aconteceu no dia dois de julho de 1980. Na primeira assembleia geral consta esta data, já como processo de criação da comissão organizadora para compor a mesa, com o objetivo de fazer a leitura e a aprovação do Estatuto da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB). Com base nos depoimentos dos primeiros associados, essa atividade começa a tomar forma ainda no período da Ditadura Militar, entre as décadas de 1970 e 1980, pela iniciativa de movimentos sociais do campo com o auxílio de alguns padres da igreja católica, sindicatos e o apoio de outras organizações sociais já consolidadas, incluindo Movimento de Organização Comunitária (MOC). Esta associação tinha como principal objetivo combater as situações de pobreza a que os pequenos agricultores eram submetidos constantemente. Nesse sentido, em entrevista com uma associada que vivenciou o processo, foram feitas as seguintes perguntas: Como surgiu a APAEB? Quais as inquietações dos jovens naquela época?

Veja bem, a APAEB nasceu nos anos 80. Ainda na década de 70, entre os anos 78 e 79, a gente já tinha uma discussão, na verdade, a gente já vinha numa luta desde a infância, eu adentrei os movimentos com 14 anos. E eu era da igreja católica, era catequista e daí comecei a fazer parte de uma Pastoral da igreja chamada pastoral Rural, que ainda existe. Hoje menos reconhecida até porque a hierarquia da Igreja Católica fez questão de não visualizar a pastoral Rural, porque mexe com os interesses dos grandes latifundiários. Então hoje existe a pastoral rural, porém mais simples (ENTREVISTADA Z.S., OUT. 2021).

Nesse período, havia nesta região muitos padres de outros países que ajudavam na articulação das ações sociais. Neste sentido, apoiar as ações do agricultor era uma necessidade, visto serem muitas as situações que incentivavam o rompimento com as estruturas aqui estabelecidas. Desse modo, eram feitas pontes com instituições estrangeiras (ONGs), que davam apoio financeiro, pois elas não conseguiam recursos dentro do país, já que o próprio estado era detentor das ações militares e dificultava o acesso a essas estruturas de poder. Quanto à atual postura desenvolvida pelas lideranças da igreja católica, Ganança (2006, p.6) traz uma contribuição a esse respeito, afirmando que:

O grupo que abre mão de fiscalizar o poder, e dele participar, voltando-se exclusivamente para a esfera privada, pode vir a perder totalmente o poder político, o qual pode voltar-se contra o próprio grupo ou indivíduos (GANANÇA, 2006, p. 6).

Nesse sentido, é importante perceber que a pastoral rural daquela época tinha uma forma catequética de instruir a sociedade civil a cobrar do governo os direitos garantidos por lei.

Tocqueville foi um dos primeiros escritores a tratar da importância de a sociedade se organizar para discutir os interesses sociais e coletivos. Para ele, os espaços associativos são promotores de diálogo, pois a primeira condição para possibilitar mudanças na sociedade advém da dedicação de parte do seu tempo para discutir as possibilidades de superar as tendências da democracia despótica pela democracia liberal. Desse modo, é importante notar a relevância das provocações daquele período, que reverberam na sociedade atual. Nesse sentido, para a entrevistada, o que se pretendia era:

Discutir os interesses da classe trabalhadora rural, porque a gente via que os urbanos, mesmo com todos os desafios, quem trabalhava com carteira assinada na área urbana tinha direitos garantidos, mas os rurais não tinham. Então, nosso interesse era discutir uma forma de organizar os agricultores, organizar esse nosso povo para garantir seus direitos lá adiante (ENTREVISTADA Z.S., OUT. 2021).

É relevante destacar que, nesse período, os movimentos sociais, juntamente com a força sindical, desempenhavam um papel fundamental na busca por direitos sociais a nível nacional e no Território do Sisal. Essas ações eram apoiadas e defendidas pelos

movimentos das pastorais sociais praticados pela igreja católica, pois no âmbito das políticas públicas desenvolvidas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e com a Fundação de Apoio aos Trabalhadores Agricultores Familiares do Estado da Bahia (FATRES), eram pouco atuantes nesse período.

O grupo organizado formalmente em torno da APAEB em 1980 integrava majoritariamente militantes que travam suas lutas na década de 1970 e é sobre essas mobilizações que devemos analisar se quisermos entender o processo que desencadeou na fundação da associação. Havia em todo o país um sentimento de mudança e vários outros movimentos irrompendo no mesmo contexto marcado por um regime de exceção vivido à época no Brasil, em que a censura, o controle e a repressão eram vigentes no país devido ao Golpe Militar que instaurou uma ditadura em 1964. Assim como a APAEB, os movimentos desse período se engendraram durante os anos 1970 fortemente vinculados à Igreja Católica (LIMA, 2019, p. 2).

Foi nesse movimento contra-hegemônico que a APAEB construiu a sua história na região sisaleira, instituída como entidade estadual, com sede na cidade de Serrinha-Ba. Nesse período, pretendia-se, conforme a entrevistada Zilda, garantir uma forma justa para a comercialização dos produtos agrícolas, no sentido de poderem ser vendidos sem perdas. Em seu depoimento, foi relatado:

Naquela época, os donos de armazéns se beneficiavam comprando barato e vendendo caro. A gente travou essa luta, devido à questão da comercialização, a gente produzia, mas não tinha mercado, quando a gente não produzia, o preço do feijão, do milho e da farinha ia às alturas (ENTREVISTADA Z.S., OUT. 2021).

Diante do exposto, fica entendido que, economicamente falando, a lei da oferta e da procura, que nesse contexto econômico é conduzida pelas relações produtivas dos agricultores, servia para enriquecer aqueles que tinham poder de compra.

[...] quando a gente produzia não tinha um mercado para escoar, a gente comia bem e tal, mas o excedente perdia, porque não tinha onde vender, o atravessador comprava no preço que queria, botava o preço dele, os donos de armazém compravam no preço que queriam (ENTREVISTADA Z.S., OUT. 2021).

Foi na busca por alternativas para resolver essa e outras questões que, através dos encontros realizados pela Pastoral Rural, começou-se a pensar no que fazer. De início, pensou-se em criar uma cooperativa, mas como já havia uma na cidade chamada Cooperativa Mista dos Agricultores, não foi possível, daí a alternativa de criar uma associação.

Foram três dias de atividade no Centro Diocesano Papagaio, que existe até hoje lá, junto com os gringos para conseguir criar o nome da entidade. A gente queria uma cooperativa, não pode ser cooperativa, vai ser uma associação. Qual é a representação? É a nível municipal? Qual a abrangência dela? Depois de muito tentar, conseguimos criar o nome Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB). (ENTREVISTADA Z.S., OUT. 2021).

No diálogo, foi perguntado como surgiu a ideia de juntar várias cidades. Esta entrevistada mencionou que os problemas eram comuns à região, faltava oportunidade para o agricultor. Assim, as discussões eram voltadas a atender os agricultores da região. Desse modo, com base nos dados encontrados no Livro de Ata desta instituição, foi registrada a expansão da associação para outras cidades no ano de 1981. Neste ano, foi firmada em assembleia com associados a proposta de implantação de postos da APAEB nas cidades de Araci, Ichu, Valente, Feira de Santana e comunidades de Teofilândia. Para tanto, estas localidades locais precisavam contar com uma quantidade mínima de quarenta associados, os quais, na condição de novos sócios, pagariam uma quota no valor de um mil e quinhentos cruzeiros.

Esse momento foi caracterizado como de expansão da (APAEB) nos municípios acima mencionados, pois, deste modo, era mais fácil a aproximação dos agricultores destas localidades para tratar suas diversidades e necessidade, promovendo o diálogo e o crescimento nos seus espaços de convivência.

O trabalho da APAEB cresceu, com apoio do MOC e de projetos externos. Adquiriu estrutura de funcionamento e montou uma espécie de supermercado que vendia produtos dos agricultores e também vendia outros produtos do mercado externo, trazidos para vender aos agricultores por um preço acessível, além de suplemento agrícola, machado, facão, foice, entre outros produtos. Para Marins (2018, p. 14), essa prática pode ser compreendida como ações do empreendedorismo social, reveladas por atitudes transformadoras de quem sabe, mesmo diante das dificuldades, buscar alternativas para inovar suas práticas e dar conta das suas necessidades. Para este autor, o empreendedorismo social[1] “sempre existiu, ainda que não fosse assim designado.” O que o diferencia do termo empreendedor do empreendedor social é seu forte conteúdo cultural transformador, ou seja, nesse sentido há uma inquietação quanto à busca por alternativas que possibilitem melhoria para todos.

[...] a gente não tinha como comercializar, daí a gente criou um espaço para vender, era um posto de venda, para vender os nossos produtos também outros produtos. Na época, nós conseguimos um caminhão baú com o qual a gente saía vendendo toda semana. Esse caminhão saía vendendo como se fosse um posto móvel, nas comunidades para o pessoal não precisar vir até a sede. No decorrer da trajetória, a gente chegou a ter um moinho de milho que moía os milhos dos agricultores e transformava em fubá (ENTREVISTADA D. M., POVOADO VIRA MÃO, OUT. 2021).

Nesse contexto, é possível perceber que a ação em conjunto tem um poder transformador, podendo gerar mudanças rápidas. Nesse sentido, fica evidente o termo “gente ajudando gente” utilizado por Santos (2010), pois a associação assume o poder de agente de inclusão social, uma vez que possibilita aos agricultores da região desenvolver estratégias para facilitar a sua condição de cidadão ativo. Segundo os entrevistados, era um projeto ambicioso que ganhou uma proporcionalidade que não se esperava, pois havia interesse de construir e desenvolver possibilidade de igualdade social.

Em contato com um dos associados daquela época, Adélcio, residente no povoado Vira Mão, que na época exerceu o cargo de presidente nesta comunidade, e participante do primeiro encontro, registro confirmado no Livro de Ata (p. 6). Nesse período, a instituição tinha a sede na cidade de Serrinha, e nos povoados das zonas rurais, eram formados grupos associativos como representantes da APAEB que se reuniam semanalmente para discutir as dificuldades dos agricultores, as quais eram transmitidas em assembleia nos encontros mensais na sede da APAEB na cidade de Serrinha.

O período da APAEB era muito bom, pois trouxe para nós muitos benefícios, um dos benefícios que tivemos naquela época foi a verba para construção de sanitário, máquina de costura. E só aqui no povoado cinco mulheres foram beneficiadas (ENTREVISTADO A., OUT. 2021).

Foram muitos os projetos que beneficiaram as comunidades rurais de Serrinha e das demais cidades filiadas, pois com a organização da classe trabalhadora foram adquiridos casa de farinha, banheiro químico, núcleo de produção de costura, trator e empreendidas ações que promoviam a dignidade do trabalhador rural.

Nesse contexto, Carmo (2020) afirma que as dinâmicas das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar emergiram com o movimento social, associado à perspectiva do desenvolvimento local, visto que o protagonismo do agricultor favorecido com o apoio dos movimentos sindicais da época e de outros estabelecimentos superou muitas dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora rural. Nesse cenário, essa dinâmica fica evidente na fala da entrevistada, moradora da cidade de Ichu, quando afirma que “na época ficaram sabendo da atividade da APAEB em Serrinha e passaram a vir para os encontros.”

Por conta das dificuldades dos agricultores que não tinham armazenamento e perdiam suas safras, e quando tentavam trazer para vender em Serrinha, passavam por muitas dificuldades, a primeira delas era a cobrança de impostos (ICMS) pelos guardas que cobravam taxas absurdas para poder liberar. Chegando a Serrinha, se vendesse, tudo bem, se não vendesse, voltava para casa de novo. Muita gente nem pegava suas mercadorias (ENTREVISTADA M.C., OUT. 2021).

Nesse sentido, ficam evidentes alguns dramas vivenciados pelo agricultor que, depois de muito trabalho, chegava a perder seus produtos para o Estado. Esse foi um dos fatores que contribuíram para a municipalização da APAEB, pois favorecia o protagonismo local e a percepção dos atores envolvidos nas dinâmicas locais. Como sujeitos de seu próprio projeto de mudança e desenvolvimento, era possível conquistar a valorização dos ativos locais, especialmente das potencialidades de cooperação ocultas em cada território. Nessa perspectiva, fica evidente que a ação que ocorria na cidade de Serrinha incentivava as comunidades circunvizinhas também a buscar alternativas de melhoria e de mudanças. A esse respeito, Freire (2011) afirma que mudança e estabilidade resultam ambas da ação do trabalho que o homem exerce sobre o mundo. Como um ser da práxis, o homem, ao responder aos desafios na condição social, cria seu mundo histórico-cultural.

Nesse cenário, segundo a entrevistada, a primeira ação da APAEB foi comprar latas para armazenamento das sementes e, dessa forma, garantir a semente para a próxima safra ou até mesmo para consumo, comprando pelo mesmo preço vendido. Foi com essa prática de armazenamento, garantida aos agricultores familiares associados, que a APAEB modificou o contexto socioterritorial. A Figura 3, segundo Luz (2020), mostra como as organizações coletivas, através das ações dos agricultores familiares, colaboram para o processo de inserção dos produtos no mercado.

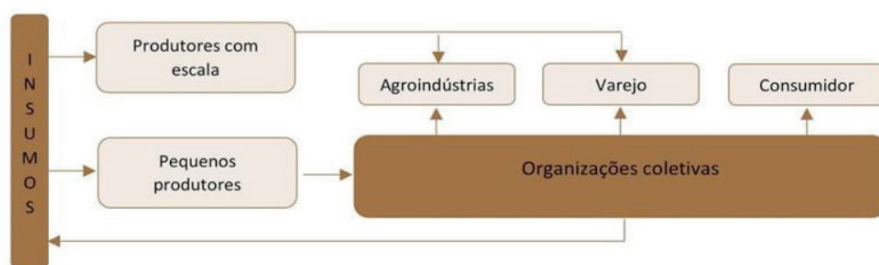


Figura 3: Agricultura familiar e as organizações coletivas

Fonte: Luz (2020).

Nesse sentido, Luz (2020) afirma que as organizações coletivas desempenham papel importante na inserção de alternativas para minimizar os problemas econômicos e financeiros dos agricultores familiares, pois, através de ações articuladas em rede e com os conhecimentos adquiridos, é viabilizada a condição de melhor compreensão dos espaços internos e externos ao contexto local. Sendo assim, é possível exercer pressão ao arranjo interno e externo e, desse modo, possibilitar a organização da classe para se proteger das condições impostas pelo mercado.

Para Gohn (2002, p. 54), surge no cenário um novo paradigma - não há algo a ser criado, a partir da animação de um agente externo, o educador ou o facilitador, estes, uma vez que percebem a necessidade, agem para mudar sua realidade, envolvendo outros que estão em situação similar ou igual. Em termos de uma politização que estimule o cidadão a mudar suas conjunturas concretas de vida, a ação participativa vai ser direcionada pela condição social e suas razões de interesses de classe explorada e oprimida e dos direitos sociais básicos que lhes estão sendo negados pelas elites e outros.

Foi com esse estado de pertencimento das suas realidades que as ações envolvidas na estrutura da APAEB Serrinha despertaram outros agentes nas cidades de Ichu, Araci, Feira de Santana, Valente e comunidades de Teofilândia. O interesse em lutar por novas possibilidades, que se concretizava em proteger os bens produzidos nas diversas horas de trabalho na lavoura, leva os produtos a serem armazenados de forma correta, garantindo novos plantios, além de outras demandas aqui ocultas a esta análise, visto não terem sido obtidos dados para compará-los, que é o caso do preço desses produtos que, nessa dinâmica, traz um outro contexto de equilíbrio no preço do produto, já que o bem demandado em épocas de grande estiagem passava a ter preços exorbitantes.

Nesse sentido, Freire (2011, p. 13) compreende as possibilidades de transformação social, surgidas a partir do momento em que a sociedade se volta sobre si mesma e se inscreve na difícil busca da sua autenticidade e começa a dar evidentes sinais de preocupação ao seu projeto histórico. Para tanto, é importante perceber que, quando se buscam soluções para os dilemas da sociedade local, é possível que, muitas vezes, as respostas mais adequadas não envolvam a constituição de um empreendimento formal e juridicamente estabelecido. Contudo, foi nesse espírito de busca e enfrentamento da lógica do capital que a organização da sociedade civil se dispôs a enfrentar as regras impostas pela política militarista no Território do Sisal, promovendo encontros, dialogando e planejando ações em conjunto.

Para Silva (2017), as políticas de desenvolvimento territorial nesse território são fruto dos organismos multilaterais, políticos, acadêmicos, militantes dos movimentos sociais e das organizações não governamentais (ONGs), como um dos mais bem-sucedidos caminhos de promoção do desenvolvimento social e econômico, pois, a partir dessa percepção, foi possível mudar o contexto, protegendo seu patrimônio, buscando estratégias para melhorar suas condições de vida.

É importante frisar que nem sempre as soluções virão na dimensão esperada, mas com o estudo e a identificação das causas dos problemas é que deve ser indicado o tipo de solução com maior potencial de eficiência e eficácia, para assim atingir os objetivos traçados. Nesse sentido, houve uma avalanche de mudanças advindas da aceitação social

do público tratado, e o trabalho da associação passou a ter maior complexidade, pois, quanto maior a estrutura da instituição, maiores os problemas a serem resolvidos. Segundo afirmação da entrevistada Zilda, “o projeto ambicioso ganhou uma proporcionalidade que não se esperava”.

Esse crescimento causou muitas divergências internas principalmente em relação aos resultados encontrados nas APAEBs filiadas, pois umas traziam resultados positivos, outras, prejuízos. Nesse sentido, quem tinha dado lucro não aceitava partilhar prejuízo e, nesse contexto, fragilizou e impediu a continuidade do projeto pensado e organizado entre os municípios participantes. Na entrevistada, Zilda, do sindicato, afirma que houve um crescimento precoce e eles não sabiam como agir, “a gente sabia o que queria, mas não sabíamos como resolver”. Os entraves na manutenção da APAEB se tornaram intensos, pois as divergências de postura e forma de atuação geravam conflitos, visto que cada município trazia na sua estrutura local as suas progressões, tanto das dificuldades, quanto dos acertos. “Esse momento foi muito difícil, devido às divergências internas”, afirma a entrevistada:

Começou-se a buscar pessoas de fora para gerir, tipo gerente. A APAEB foi crescendo. Eu atribuo a duas situações, APAEB cresceu demais como diz aquele ditado, o menino da cabeça grande e das pernas finas não sustentou o corpo, o menino tinha um corpão, mas as pernas eram finas, então o alicerce não era profundo, terminou com a gestão sendo passada para terceiros e os desvios tanto de intenção quanto dinheiro se fragilizaram (ENTREVISTADA Z.S., OUT. 2021).

Nesse sentido, podemos afirmar que o crescimento da instituição gerou conflitos internos, pois, sem o devido conhecimento para tratar das demandas, foi necessária a contratação de pessoas de fora para administrar os recursos. Pessoas estas que não estavam integradas ao propósito da instituição e também os agricultores não tinham conhecimento suficiente para compreender e cobrar dessas pessoas as devidas atribuições. Para tanto, é imprescindível reconhecer o quanto o conhecimento promove o desenvolvimento e a manutenção de qualquer tipo de estabelecimento que pretende desenvolver ações que reverberem na entrega de um serviço, seja ele de cunho social ou individual. No contexto das organizações, segundo dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a experiência prévia e/ou conhecimentos no ramo influenciam a permanência das empresas no mercado.

No contexto vivenciado, ambas as situações eram novas e, para tanto, foi necessário buscar alternativas externas. Nesse sentido, é preciso compreender que a ação estava correta ao buscar ajuda daqueles que sabem, porém o detalhe desse processo está na dinâmica interna de como esses processos se deram, visto que é preciso investigar e

buscar caminhos que possam oferecer menor risco para a instituição e, para isso, é preciso pensar estrategicamente de modo a alcançar uma solução para as demandas.

Assim, faz-se necessária a tomada de medidas efetivas para o alcance dos objetivos desejados, os quais devem estar estritamente relacionados a cada situação local, ou seja, é preciso conhecer o ambiente, seus prós e contras, e através do planejamento estratégico, desenvolver critérios que sejam favoráveis para o crescimento de um ambiente empresarial e, consequentemente, local. Segundo Drucker (2011), planejamento estratégico é o processo de definir objetivos, atividades e recursos que ajudam no processo de gestão, isto é, o roteiro entre o resultado da análise bem consolidada e o objetivo estabelecido (CARVALHO, 2018, p. 24).

Em consonância com esse panorama, é importante refletir a respeito dos índices relativos à escolaridade da população rural. De acordo com o Censo 2010, o nível de instrução das pessoas residentes no meio rural é bem mais baixo do que o identificado nos centros urbanos. Segundo esses dados, 80% das pessoas com 25 anos ou mais, em domicílio rural, não têm escolaridade ou não finalizaram o ensino fundamental. Isso explica as dificuldades enfrentadas pelos associados, pois a falta de conhecimento dificulta o diálogo. No diálogo com uma das entrevistadas, ela afirma que a falência da APAEB ocorreu em razão da “falta de gestão, visto que os agricultores não sabiam conduzir, não tinham capacidade e conhecimento, contratavam pessoas formadas, que vinham e percebiam a falta de controle e conhecimento e, com isso, vieram os desfalques, desvios financeiros, além da proposta em si de dar apoio aos agricultores em suas necessidades”.

Segundo dados do SEBRAE, a sobrevivência das empresas depende de vários fatores:

- planejamento prévio;
- gestão empresarial; e
- comportamento empreendedor.

Desse modo, levando em consideração a percepção dos que participavam diretamente nos diálogos que aconteciam nos encontros mensais, as divergências de ideais da gestão eram bastante acentuadas em relação aos interesses dos associados. Esse fato denuncia a ausência de uma liderança com foco nas bases da instituição, que nasce e cresce com a interação social e morre quando perde esse parâmetro de agir pela coletividade. Nesse sentido, muitas ações desenvolvidas pela APAEB, a exemplo do armazém e do mercado, que comercializavam os produtos dos agricultores, também foram extintas. Nas conversas, diante da pergunta por que razão o armazém acabou, uma das entrevistadas respondeu “eu acho que foi a gestão, eu tenho a impressão que foi a gestão”.

Pagliuso *et al.* (2010), a esse respeito, afirmam que as incertezas no ambiente das organizações, sejam elas de qualquer modalidade, fazem parte da dinâmica organizacional, logo, mudanças inesperadas ocorrem em todo o tempo e os gestores precisam estar preparados. Para tanto, a gestão precisa estar apta a aprender a ver nas mudanças que ocorrem ao longo do tempo oportunidades de aperfeiçoamento. Assim sendo, a organização pode ser compreendida como um sistema que é motivado pelo ambiente e que processa e produz saída, conforme ilustrado na figura 4. No entanto, para atender aos desafios encontrados durante o processo de gestão, é preciso colocar na prática o movimento participativo de forma a prevalecer a garantia da continuidade da atividade.

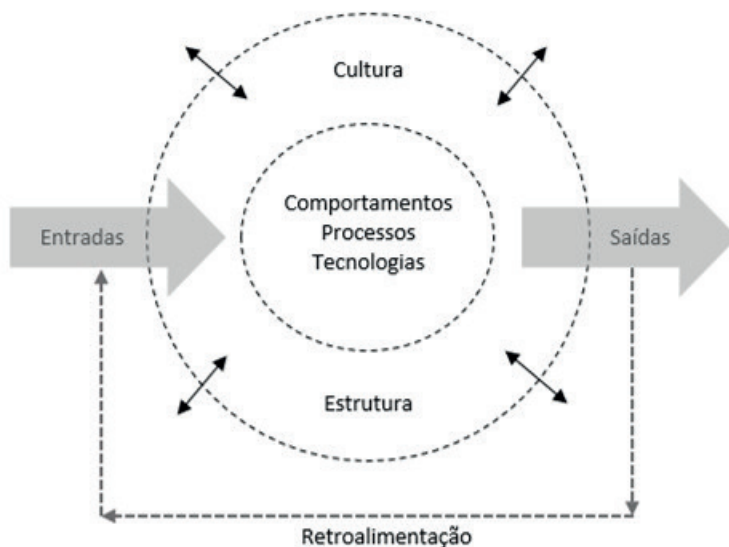


Figura 4: A organização como sistema

Fonte: Luz (2019) *apud* Harrison e Shirom (1999).

Para que as ações ocorram e garantam a continuidade, faz-se necessário observar alguns princípios que são relevantes na busca por melhoria, segundo Luz (2019, p. 46), é preciso perceber a:

- Resposta operacional e estratégica, ou seja, a relevância do ambiente em que as organizações estão inseridas, neste caso, analisar as condições dos agricultores associados e a conjuntura econômica atuante, e isso exige do gestor uma capacidade de resposta operacional e estratégica diante de mudanças constantes que ocorrem no ambiente externo;

- Inter-relação: as organizações são percebidas como uma associação de sub-sistemas que se inter-relacionam. Nesse sentido, as associações já têm na sua essência essa característica por terem como base a formação de redes que se interconectam e facilitam as ações;
- Identificação e extinção dos problemas: na premissa de que as organizações interagem com seu ambiente e sofrem interferências que ocasionam mudanças (sistema aberto), ou seja, estão sujeitas às interferências vivenciadas na economia atuante, daí se origina o estímulo de buscar semelhanças entre os diversos sistemas e subsistemas com o propósito de identificar e eliminar determinados problemas. Nesse cenário, o problema mencionado pela pesquisada se condicionava à ausência de conhecimento dos envolvidos a respeito das dimensões do empreendimento social.

Nesse sentido, Carvalho (2018) afirma que para haver desenvolvimento é necessário haver conhecimento e habilidades de gestão para estruturar e manter o progresso dos negócios, isso explica que a visão sistêmica promove a resolução de impasses e/ou dificuldades a partir de uma perspectiva do todo, logo isso

Exige capacidade gerencial e habilidades técnicas para desenhar e orientar os processos de desenvolvimento, um método de governança participativa baseado na distribuição de poder, a construção de uma nova institucionalidade capaz de fortalecer parcerias e romper com procedimentos autoritários, além do envolvimento, de vários atores coletivos no processo decisório (JARA, 1998, p. 148).

Contudo, esse desafio não é tão fácil, visto exigir percepção da importância da dinâmica coletiva no processo decisório.

Os agricultores, por falta de conhecimento, contratavam pessoas formadas para gerenciar e, como essas pessoas percebiam a fragilidade desses agricultores “bestas”, elas desviavam recursos e assim veio essa falência”, afirma. Tinha que contratar um gerente de negócio, mas vieram pessoas ambiciosas que terminaram por desviar o foco do projeto APAEB (ENTREVISTADA Z.S., OUT. 2021).

Diante disso, no ano de 1985, foi discutida em assembleia a necessidade de as APAEBs de cada município terem autonomia para realizar suas discussões e tratar de suas realidades com mais aproximação. Desse modo, em assembleia, no dia 26 de fevereiro de 1986, foi alterado o Estatuto da APAEB, que tornava pública a municipalização de cada instituição, porém mantendo o nome, que já se constitui como identidade de valor para cada município.

Sendo assim, essa proposta torna-se concreta no ano de 1994, quando foi formalizado o processo, passando, assim, a ter como nome Associação dos Pequenos Agricultores do Município, constando como lócus a cidade sede de cada instituição. Neste caso da

instituição pesquisada, ficou registrada como Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Serrinha.

Essa realidade, segundo informação dos pesquisados, representou o momento de falência da instituição quanto à sua atuação social, passando assim a atender apenas a projetos desenvolvidos pelos programas de ordem Estadual e Federal.

Portanto, fica evidente que o processo de constituição da APAEB tinha como dimensão encontrar solução para minimizar os problemas enfrentados naquele período pelos agricultores familiares. A ausência de conhecimento tanto no trabalho rural, como nos cuidados básicos, que protege a saúde, o tratamento da água e higiene de modo geral e técnicas de plantio e manejo dos animais implicavam soluções necessárias naquela época. O processo de mudança representa para esse público um momento de promoção social e individual que marca a história do Território do Sisal. Desse modo, é importante salientar que, mesmo diante de muitas dificuldades, há um legado deixado para a sociedade de suma importância: a conquista de muitos projetos que antes eram ausentes como também a construção dos espaços de diálogos, que foi a mola propulsora desse ideário.

APAEB: APÓS A MUNICIPALIZAÇÃO ATÉ OS DIAS ATUAIS

Para dar continuidade às suas ações, foi instaurada uma assembleia em 29 de dezembro de 1993 com o objetivo de atualizar a nova rotina da associação que, a partir desta data, passa a ser nomeada como Associação dos Pequenos Agricultores Familiares de Serrinha (APAEB). Assim, com base nos seus documentos de registros (ata e currículo APAEB), essa entidade continua sendo uma entidade de utilidade pública estadual, sem fins lucrativos, fundada com a missão de contribuir com o fortalecimento da agricultura familiar e a economia solidária, com foco nas políticas públicas, programas e projetos de convivência e desenvolvimento sustentável no semiárido baiano.

É importante salientar que na década de 1990 as realidades associativistas traziam uma nova configuração, visto que nesse período, com a ampliação do contexto democrático, era notória a interferência do Estado nas condições associativistas, pois havia nesse cenário a implementação de muitas políticas públicas direcionadas através das associações. A esse respeito, Ganança (2006, p. 30) afirma que:

Essa concepção democrática reduzida e não emancipatória, implementada no Brasil a partir da década de 1990, se contrapôs às mudanças democráticas participativas iniciadas a partir de 1988. Ambas contêm um modelo de sociedade e ambas delineiam um papel explícito e protagonista para as associações civis no país: de um lado instrumentos democráticos privilegiados para a influência e controle social das políticas públicas, e, de outro prestadoras de serviço público, que contribuíram para aumentar a eficiência e a redução dos custos na implantação das políticas públicas (GANANÇA, 2006, p. 30).

Desse modo, entende-se que nessa perspectiva há um declínio das ações promovidas pela sociedade civil, visto que a preocupação nesse momento é servir às condições estabelecidas pelo estado, entretanto acabaram por ficar de lado as iniciativas antes construídas pela classe trabalhadora rural de movimentar e articular propósitos que venham a modificar seu espaço de atuação. É importante compreender que essa alternativa não esgota as ações mobilizadoras para o contexto social, mas, de certo modo, inibe as propostas de interação social.

Os desafios da APAEB Serrinha nesse novo contexto são promover ações que articulem a melhor condição dos associados, visando a:

- Ver o crescimento na produção e na venda;
- Integrar os jovens rurais nos trabalhos sociais;
- Empoderar as mulheres trabalhadoras rurais tanto na diretoria como na comercialização dos seus produtos; e
- Conseguir comprar toda a produção do trabalhador rural para limitar o trabalho do atravessador na região.

Diante das necessidades acima mencionadas, havia muitas preocupações em resolver as demandas que dificultavam as ações, porém outros fatores de ordem gerencial atrapalhavam o andamento da gestão na associação, visto que o excesso de regras impedia o andamento das demandas, além da falta de tecnologias e recursos, que, naquele período, eram mais difíceis de conseguir, ou seja, as expectativas eram muitas e precisavam ser reorganizadas para traçar novos caminhos. Nesse sentido, é importante enfatizar a importância de manter os processos de forma sistêmica.

Nessa nova dinâmica, a APAEB Serrinha manteve firme a sua parceria com muitas instituições receptoras de projetos sociais que abrangem não apenas a população rural como também a camada social vulnerável.

Para tanto, a APAEB Serrinha promove ações em parceria com as seguintes entidades:

- Movimento e Organização Comunitária (MOC), que tem como objetivo priorizar ações no campo das políticas públicas, visando à participação social, convivência com o Semiárido, agroecologia, relações sociais de gênero, economia solidária, educação do campo contextualizada, soberania e segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento sustentável e ao direito à comunicação, entre outros.
- Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), que é uma rede que defende, propaga e põe em prática, inclusive através de políticas públicas, o projeto político da convivência com o Semiárido. Formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas, entre elas os sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras familiares, cooperativas, ONGs, Oscip etc.
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais (Sintraf), que é um dos núcleos de apoio ao agricultor familiar.
- Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Região do Sisal (CODES), que reúne os Movimentos Sociais e o Poder Público para discutir possíveis alternativas para a população no Território do Sisal em diversas áreas, incluindo saúde, educação, segurança e saneamento básico. Neste conselho, a APAEB tem uma cadeira que lhe dá direito a voz e vez. Assim, beneficia seus associados e toda a comunidade, visto que representa não apenas os associados, mas toda a população rural, que serão beneficiados com os projetos aprovados e implantados.
- Cooperativa de Créditos de Economia Solidária do Sisal (ASCOOB), parceira da APAEB, cooperada juridicamente, que tem a sua movimentação financeira na instituição. Esta cooperativa tem o objetivo de unir forças para o cumprimento dos princípios do cooperativismo de crédito, tendo por base o fortalecimento da economia familiar rural, oferecendo não só o crédito, mas formação para os associados.
- Central Única dos Trabalhadores (CUT), com essa entidade a APAEB discute as ações a nível Estadual e Federal com o objetivo de fortalecer e representar as entidades filiadas, buscando defender os benefícios e os direitos garantidos na constituição.
- Conselho Gestor do Fundo Rotativo (COGEFUR), entidade sem fins lucrativos que apresenta diversas linhas de crédito para melhoria das propriedades rurais dos seus filiados através da assistência técnica rural, tendo a APAEB uma representação no conselho gestor.
- Instituto Federal da Bahia (IFBA). O foco desta instituição é oferecer educação profissional pública, gratuita a jovens e trabalhadores do campo e da cidade. Nesse sentido, a parceria com a instituição viabiliza o acesso efetivo às con-

quistas científicas e tecnológicas, principalmente nas ações agroecológicas. A instituição tem um representante no Núcleo de Estudos em Agroecologia que discute as ações do campo nas trocas de experiências nas comunidades rurais. Nesse sentido, busca articular ensino, pesquisa e extensão na construção, do conhecimento de base agroecológica, manter troca de experiência e fazeres-saberes entre agricultores(as) familiares, camponês(as) agricultores(as) e proporcionar ambientes para realização de práticas profissionais.

É importante reforçar que a interação em rede fortalece os vínculos e possibilita novas relações de poder.

Portanto, podemos afirmar que as associações, uma vez imbuídas da interação social, formam redes participativas, que se estruturam voluntariamente para tratar de demandas importantes para o contexto do desenvolvimento do local, e que se desafiam a propor uma gestão com estrutura social local-global (CARVALHO; BATISTA, 2020, p. 91).

Compreende-se que nessa dinâmica a APAEB Serrinha realiza suas interações, desenvolvendo projetos em parceria com instituições, as quais tecem condições voltadas para a convivência com o semiárido, com foco na agricultura familiar. A rede constituída com estes estabelecimentos busca oferecer possibilidades de uma convivência adequada com as características desse território, além de empoderar os sujeitos quanto a seu papel social.

Segundo dados do currículo APAEB (2015), a missão estratégica desta instituição é contribuir com o fortalecimento da agricultura familiar e economia solidária, com foco nas políticas públicas, programas e projetos de convivência e desenvolvimento sustentável no semiárido baiano.

Assim, é importante reconhecer que seu foco de ação se constitui na agricultura familiar. Conforme menciona Back Junior (2019), a agricultura familiar é ampla e se associa em diversos aspectos, entre eles, trabalho, terra e família. Nesse sentido, é importante frisar a condição que legitima a agricultura familiar no Brasil.

A lei federal nº 11.326, aprovada em 2006, conceitua agricultor familiar e empreendedor familiar rural como aquele que desempenha atividades no meio rural. Desse modo, o produtor deve atender às seguintes condições: não possuir área maior que quatro módulos fiscais, utilizar em suas atividades econômicas mão de obra da própria família, obter percentual mínimo de renda familiar das atividades econômicas realizadas no próprio estabelecimento e administrar seu empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Nessa concepção, Back Junior (2019) *apud* Abramovy (2008) afirma que a agricultura familiar:

Pode ser entendida como um conjunto de valores que possibilitam a luta contra a pobreza, melhorias nas condições de vida e a promoção do desenvolvimento sustentável. Além disto, prioriza o desenvolvimento e o poder local com a participação da comunidade, onde a administração, a propriedade e a maior parte do trabalho são desenvolvidas por pessoas que mantêm laços de sangue ou de matrimônio entre si (BACK JUNIOR, 2019, p. 21 *apud* ABRAMOVY, 2008).

É importante notar a importância da APAEB Serrinha, que valoriza as diversidades culturais, buscando aproximar-se das comunidades, assim prevenir e até mesmo atenuar as diferenças sociais.

Nesse contexto, é importante perceber o novo cenário social, o qual nos convida a valorizar suas culturas e histórias. Como afirmam Duque e Calheiros (2010), a relação entre o global e o local deve ser compreendida pelo conceito de economia flexível. Fazendo crítica a esta perspectiva de economia, faz-se necessária uma aproximação do termo *glocalização*, que tem relação direta com os atores e as atividades econômicas desenvolvidas em rede, tirando proveito das diferentes criatividade. Nesse sentido, as ações desta unidade seguem condições estabelecidas conforme o Estatuto Social, da (APAEB) em seu art. 5º:

- I. Promover e/ou estabelecer parceria com outras entidades/ instituições públicas e/ou privadas, para implementação de ações voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar.
- II. Representar os (as) agricultores (as) familiares nos diversos espaços de discussão de políticas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar.
- III. Coordenar o processo de assistência técnica, viabilizando a melhoria da qualidade dos agricultores familiares, através da realização de atividades inerentes à mesma, isto é:
 - a) Treinamentos, seminários, encontros e capacitações em temáticas de convivência com o semiárido e outras, inclusive em parcerias com outras entidades e instituições, podendo nesses eventos atuar também como fornecedora de alimentação, hospedagem e locação de espaço e equipamentos cobrados sob a forma de taxas administrativas para a realização desses eventos.
 - b) Buscar abrir novos espaços no mercado para comercialização dos produtos da agricultura familiar.
 - c) Viabilizar a melhoria da qualidade de vida dos (as) agricultores (as) familiares, através do aumento da renda, proporcionado pelo beneficiamento e agregação de valor aos produtos da agricultura familiar.
- IV. Buscar com as entidades parceiras representativas da agricultura Familiar a captação de recursos oficiais e não oficiais para que os agricultores familiares tenham acesso ao crédito e à assistência técnica (ESTATUTO SOCIAL APAEB, 2017, p. 4).

Dessa forma, para atender as ações mencionadas acima, busca-se articular suas premissas, visando a organizar trabalhos com as seguintes temáticas: Agroecologia,

Convivência com o semiárido, Segurança Alimentar e Nutricional, Economia Solidária, Educação do campo, Comercialização dos produtos da Agricultura Familiar.

A pluriatividade em que o cenário rural é composto necessita articular as atividades agrícolas, evidenciando a importância da diversificação das atividades como prática estratégica para promover a subsistência dos agricultores familiares, visto ser importante compreender que, no cenário ambiental, a produção dos recursos agrícolas segue a estrutura da sazonalidade, precisando, assim, se adaptar. Com base na figura 5, nesse cenário é possível planejar, desenvolver, controlar e ajustar cada realidade, ou seja, é importante colocar em prática metodologias que ampliem a organização tanto da associação na qualidade de unidade gestora, como dos indivíduos que dela participam.

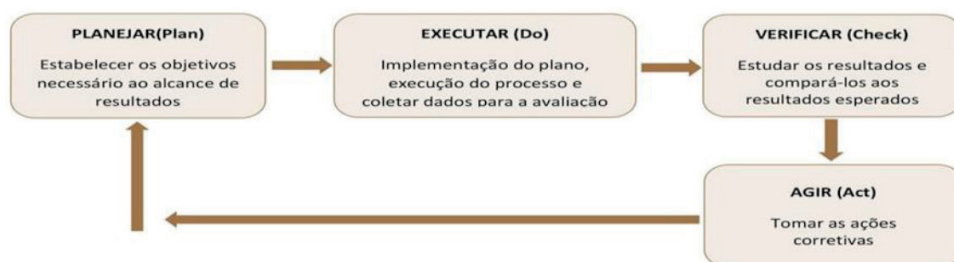


Figura 5: Ciclo do PDCA

Fonte: Luz (2019)

Desse modo, podemos afirmar que há nessa perspectiva uma preocupação em promover por meio das instruções formais ou não formais a idealização de uma estrutura digna para a população rural. Isso se reflete na importância de conhecer os limites e possibilidades para assim desenvolver estratégias para uma melhor convivência como o seu local de trabalho e vida.

Para tanto, as ações acima mencionadas visam à permanência dos agricultores familiares em suas propriedades, desenvolvendo atividades voltadas para capacitação, troca de experiências e construção e aprimoramento e conhecimento, voltados para as particularidades do povo do campo, proporcionando o aproveitamento rentável de suas potencialidades.

Nesse contexto, segundo dados do Currículo APAEB (2015), a APAEB Serrinha busca contribuir para o desenvolvimento local, se articulando com entidades gestoras de programas que visam ao aprimoramento estratégico, no sentido de melhorar a qualidade de vida nas comunidades rurais e fortalecer a agricultura familiar:

ÁREA DE ATUAÇÃO GEOGRÁFICA

Considerando o Estatuto Social (2017), a área de atuação da APAEB Serrinha contempla a cidade sede e outras microrregiões nos seguintes municípios: Água Fria, Andaraí, Anguera, Araci, Baixa Grande, Barrocas, Boa Vista do Tupim, Capela do Alto Alegre, Feira de Santana, Ipecaetá, Ipirá, Macajuba, Mairi, Nordestina, Nova Fátima, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Riachão do Jacuípe, Santa Bárbara, Santaluz, Serra Preta, Serrinha, Tanquinho, Teofilândia e Várzea da Roça, Cansanção e Conceição do Coité. Essa relação se dá mediante a execução de parcerias Técnicas e Financeiras para assim desenvolver as atividades na região e vizinhança.

Na cidade sede, a instituição mantém seus projetos com maior frequência nas comunidades onde há associados figura 6. São elas as comunidades Vertente, Cana Verde, Maravilha, Salgado, Caldeirão, Mandacaru 1, Mandacaru 2, Alto Alegre, Canto, Ipueira, Mombaça de Juazeiro Grande, Mombaça de Juazeirinho, Mombaça de Valentina, Camiranga Recanto, Porteira, Macambira, Chapada, Malhada do Alto, Trocado, Cipó, Curralinha (Barrocas) Bom Gosto (Barrocas), Minação (Barrocas), Subaé, Boa Vista.

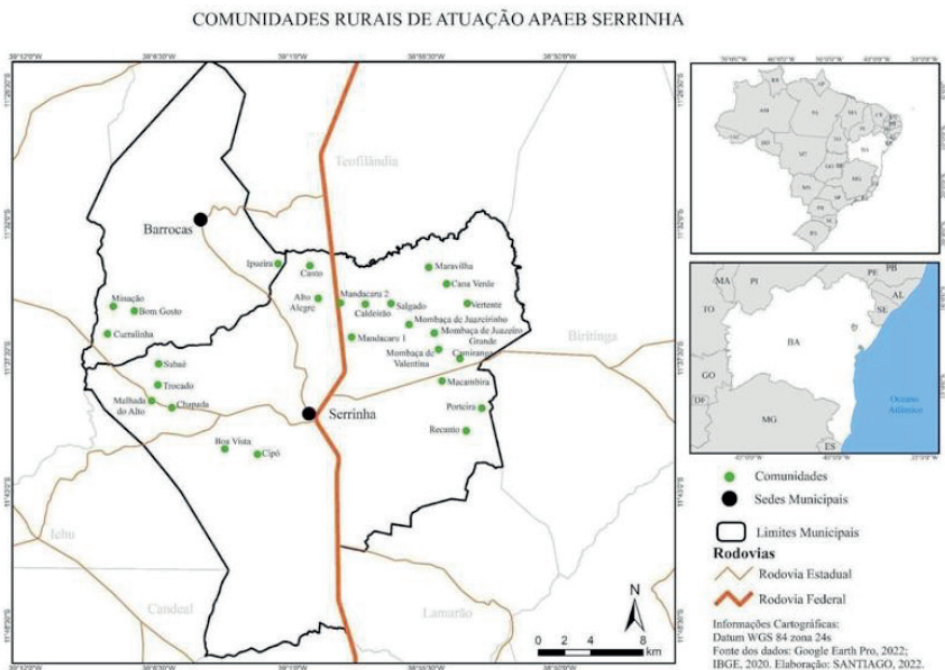


Figura 6: Comunidades rurais de atuação da APAEB Serrinha - 2022

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

LINHAS DE ATUAÇÃO

O desenvolvimento das atividades gerenciadas pela APAEB tem como finalidade o suporte técnico aos associados através da:

- **Assistência Técnica** - com auxílio de profissionais qualificados em áreas de atuação agrícola e/ou através da troca de experiências, são desenvolvidas ações na linha de assistência técnica para seu público prioritário. Desse modo, contribuem para que o agricultor e a agricultora familiar desempenhem seu potencial organizativo, pensando na propriedade e na produção.
- **Acesso a crédito** – através da assistência técnica aos agricultores e agricultoras familiares, obtém-se maior facilidade para o acesso aos programas, com os quais a entidade é conveniada, a exemplo do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e das linhas de crédito de apoio existentes na Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar (ASCOOB - Serrinha), através do Projeto Parceiros da Terra (PPT).
- **Convivência com o semiárido** – feita com a integração e assistência técnica do Programa Uma Terra e Duas Águas Programa (P1+2), que faz parte do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, ação desenvolvida pela Articulação do Semi-Árido Brasileiro. Com ele, a APAEB Serrinha promove um trabalho de mobilização e acompanhamento das famílias beneficiadas com tecnologias de captação de água da chuva.
- **Organização para a produção e comercialização** - trata-se da participação na experiência do Conselho Gestor de Fundo Rotativo (COGEFUR), voltado para apoio de crédito aos empreendimentos solidários e organizações sociais da agricultura familiar da Região Sisaleira da Bahia.

ÁGUA, FONTE DE VIDA E PROSPERIDADE

Com a fundação da ASA – Articulação no Semiárido Brasileiro, a APAEB se insere nas discussões e nas lutas em busca da construção de políticas públicas de acesso aos recursos hídricos, sendo membro e fundadora de uma das entidades. Nesse cenário, pela interação com esta entidade, é possível combater o enigma da indústria da seca. Coelho Neto (2017) afirma que as imagens geradas para este contexto têm sentido e foram atribuídas a distintos sujeitos sociais. Isso colaborou para a construção de um imaginário social da natureza semiárida, forjado para fundamentar a imagem e a “retórica da seca”.

Para este autor, as representações dos espaços carregam instrumentos/estratégicos de poder, na medida em que muitas vezes operamos e desdobramos relações sociais em função das imagens que construímos da realidade. Nesse cenário imagético, logo nos é rememorada a condição expressa pela figura do “jeca tatu” como um homem matuto, preguiçoso, entre outras características, que são colocadas de acordo com as expressões de cada um. Assim, é importante perceber que há nesse contexto intenções que promovem a indiferença nas identidades regionais/rurais, o que é motivo de muitos embaraços sociais construídos na relação de poder. Portanto, como resultado concreto da luta das organizações que compõem a articulação no Território do Sisal, segundo currículo APAEB, foram criados o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), que desde o ano de 2001 até os dias atuais já construiu milhares de cisternas voltadas para o armazenamento de água para o consumo humano.

Desde este período, esta entidade tem participado como membro da Comissão Microrregional, contribuindo para o controle social das políticas públicas de convivência com o semiárido, e ainda como unidade executora de tecnologias para o consumo Humano no Programa 1 Milhão de cisternas Rurais e no Projeto cisternas: Acesso a tecnologias sociais para captação de água para Produção no Semiárido Baiano, atuando na mobilização/identificação das comunidades e famílias a serem beneficiadas e na formação destas famílias. Em 2001/2002, a APAEB executou o projeto piloto P1MC, beneficiando diretamente 60 famílias no município de Serrinha. Em 2009, a entidade se torna Unidade Gestora Territorial do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Uma Terra e duas Águas (P1+2), uma parceria da ASA/MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza) (CURRÍCULO APAEB, 2015, p. 12).

Vale ressaltar a importância do acesso às tecnologias sociais para captação de água figura 7. Essas tecnologias permitem muitas alternativas para conviver com o período de estiagem. Desse modo, com instruções e conhecimento, o homem promove estruturas sustentáveis e capazes de transformar vidas.



Figura 7: Seu Jonas, agricultor de Retirolândia acompanha os índices pluviométricos

Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/people/APAEB-Serrinha/100069250932023/>.

“As chuvas podem ser irregulares no semiárido, mas aqui sempre chove”. Essa é a conclusão de Seu Jonas, agricultor de Retirolândia, que desde 1996 mede a incidência de chuvas na sua propriedade, a técnica ele conta que aprendeu em um curso de formação. Desde 2015, então o agricultor mudou a forma da sua produção, passando a ter outro olhar sobre a convivência com o semiárido.

Dessa forma, fica evidente que as condições criadas com relação à convivência no semiárido geram expectativas de produção, de trabalho e, consequentemente, possibilidades de manutenção da vida no campo de forma digna. Sendo assim, é importante notar que essa afirmação nega as imagens impostas pelas oligarquias políticas que sempre tiraram proveito dessas condições. Porém esta é uma realidade que ainda precisa ser melhorada nesse território através dos programas de apoio ao agricultor rural. A APAEB, nesse contexto, facilita a entrega desses programas aos agricultores contemplados.

PROGRAMA UMA TERRA E DUAS ÁGUAS

O Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) faz parte do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, iniciativa da Articulação do Semi-Árido Brasileiro, através da qual a APAEB Serrinha realiza um trabalho de mobilização e acompanhamento das famílias beneficiadas com tecnologias de captação e armazenamento de água da chuva para a produção de alimentos.



Figura 8: Cisterna-calçada

Fonte: Disponível em: <http://apaeb-serrinha.blogspot.com/p/apaeb-serrinha.html>.

Conforme Silva (2017), o índice pluviométrico neste território é bastante irregular, com pluviosidade anual entre 485,7 mm (Cansanção) e 942,4 mm (Barrocas), concentrando 70% das chuvas em apenas dois ou três meses do ano (entre novembro e junho). Em outras palavras, o território não tem estações climáticas bem definidas, logo, a alternativa para conviver com esta realidade se concretiza com o conhecimento, pois, através dessa percepção, é possível garantir desenvolvimento e valores culturais.

Quando os índices pluviométricos caem para 200 mm e 400 mm, essas condições climáticas inibem a atividade produtiva e a sobrevivência da população, principalmente em longos períodos de estiagem. Necessitando assim do consumo da água armazenada praticamente para todas as atividades agropecuárias, o que muitas vezes é inviável, necessitando selecionar algumas atividades para garantir um melhor aproveitamento do recurso.



Figura 9: Cisterna pronta D. Terezinha

Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/people/APAEB-Serrinha/100069250932023/>.

Há tecnologias sociais desenvolvidas para atender às realidades sociais no semiárido que facilitam e convivência do homem no campo, sendo elas: cisternas-calçadão, cisterna-enxurrada, barragens subterrâneas, tanques de pedra, bombas d'água popular (BAPs) e barreiro-trincheira, tecnologias essas voltadas para o armazenamento de água para a produção de alimentos. A figura 9 apresenta uma cisterna enxurrada[2], na família de Dona Terezinha Soares, Comunidade Laje, e de Dona Nivone, da Comunidade Alto de Fora, no município de Serrinha, Bahia, no ano de 2016. Trata-se de uma tecnologia que acumula água da chuva para a produção de alimentos e dessedentação animal.

O programa tem como propósito promover a segurança e a soberania alimentar e nutricional das famílias agricultoras do semiárido brasileiro, incentivando a produção de alimentos utilizando as tecnologias apropriadas à região, visando ao desenvolvimento sustentável local e à geração de renda. Esse processo se desenvolveu com a capacitação das famílias na gestão de recursos hídricos para a produção de alimentos, capacitação em construção de infraestruturas hídricas apropriadas ao meio rural, cisternas-calçadão, bombas d'água populares, tanques de pedra e barragens subterrâneas e capacitação de pedreiros e implementação de caráter produtivo. Essa ação promoveu o fortalecimento institucional e o controle social no ano de 2007, conforme dados do blog APAEB. A figura 10 apresenta outra alternativa, entre outras que garantem o armazenamento de água.

Back Junior (2019) afirma que a agricultura familiar oportuniza a produção de alimentos básicos, a geração de trabalho e renda, o combate à fome e à miséria, a redução do êxodo rural e a diversificação do comércio e dos serviços no meio rural, favorecendo o desenvolvimento territorial rural. Portanto, é nessa dinâmica que a APAEB Serrinha integra diversas lutas pela garantia dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, agricultores e agricultoras familiares.

Essa estratégia é recente, tendo em média 20 anos, a qual, juntamente com a ASA Brasil, atua no semiárido, construindo cisternas, e a APAEB monitora e acompanha essa dinâmica tanto no município de Serrinha quanto em outros municípios



Figura 10: Barreiro trincheiro

Fonte: <https://www.facebook.com/people/APAEB-Serrinha/100069250932023/Blog> (2014)

Circunvizinhos, facilitando a captação e a armazenagem da água das chuvas. E para milhares de famílias, essas cisternas são sua única fonte de água.



Figura 11: Encontro Comunitário de avaliação Uma Terra e Duas Águas- P1+2/BNDES

Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/people/APAEB-Serrinha/100069250932023/>.

Esses eventos têm como objetivo avaliar as ações do projeto Uma Terra e Duas Águas (P1+2/BNDES) da Articulação no Semiárido Brasileiro/ASA executado em parceria com os sindicatos locais. Além da água para beber e para o uso diário, as cisternas armazenam também a possibilidade de geração de renda através da agricultura e pecuária familiar, garantindo o sustento dessas famílias, viabilizando a economia regional.

ATIVIDADES REALIZADAS EM COMUNIDADES E REGIÕES

Garantir atendimento à população em situação de insegurança alimentar e nutricional, promover a inclusão social no campo, fortalecer a agricultura familiar, essas são algumas conquistas que, através da luta dos movimentos sociais e do associativismo, tornaram possível adquirir políticas públicas que assegurassem a manutenção e a vida do agricultor familiar. No Brasil, especialmente no Território do Sisal, a agricultura familiar faz parte do contexto recente e apresenta um olhar divergente quanto às necessidades dessa região, predominantemente rural. Nesse sentido, as políticas devem ser priorizadas para manter uma economia dinâmica sustentável nesse território, levando em consideração as características do local.

Essa realidade foi alimentada durante muito tempo para defender os interesses de uma elite oligárquica, que mantinha essa estrutura para, assim, se alimentar das

fragilidades sociais, que geram condições de dependência. A seca nesse território foi a principal justificativa que atendia a esses ideais, além de contribuir de forma desordenada para o estímulo ao êxodo rural, ou seja, as ausências educativa e inclusiva eram as principais causas dessa estrutura, que Coelho Neto (2017) nomeia como “forjada”, por ser uma forma de promover políticas de adaptação para garantir a segurança alimentar, entre outras demandas sociais para agricultor.

Portanto, foi mediante esse contexto de buscar alternativas para assegurar a vida no campo, principalmente no tocante à segurança alimentar, que nasce o projeto APAEB, com a finalidade de minimizar os problemas rurais.

Um dos principais motivos deram origem à APAEB foi justamente armazenar as sementes para garantir a produção das safras posteriores, pois, na década de 1970, segundo informações dos agricultores, havia uma incidência de invernos mais regulares, porém com ausência de conhecimento e condições para armazenar as sementes, estes agricultores, além de perderem as sementes, vendiam seus produtos por preço bem abaixo do seu custo de produção. Desse modo, no tempo de plantio, muitos já não tinham condições de comprar nos preços vendidos, impossibilitando a eles fazer suas plantações.

Nesse sentido, a APAEB Serrinha contribuiu para que as ações dos projetos sociais, voltados para a aplicação de algumas políticas públicas, fossem aplicadas para àqueles contemplados com as linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), entre outras políticas que envolvem o contexto municipal.

A sustentabilidade e a convivência com o semiárido são também uma temática de singular importância que se destaca nas discussões desenvolvidas pela APAEB. A segurança alimentar e nutricional, desenvolvida pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), contribuiu no processo de elaboração e realização de conferências de segurança alimentar no Território do Sisal, além de trabalhar a temática durante cursos, capacitações e encontros com o seu público.

Nessa perspectiva, a instituição busca participar dos eventos realizados para apoiar ou atuar nas demandas sociais relativas à convivência com o semiárido a nível municipal ou regional. No ano de 2015, juntamente com a prefeitura municipal de Serrinha-Ba, a APAEB coordenou a II Conferência de Segurança Alimentar de Serrinha, figura 12, a qual discutiu os desafios e avanços do debate sobre alimentação no município.



Figura 12: II Conferência de Segurança Alimentar de Serrinha

Fonte: Disponível em: <http://apaeb-serrinha.blogspot.com/p/apaeb-serrinha.html>

Com base nas informações retiradas do *blog* da instituição, esse evento discutiu várias temáticas a respeito da:

- Comida de verdade: avanços e obstáculos para a conquista de uma alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar;
- Estratégias em andamento para a conquista de uma comida de verdade no âmbito local, estadual, regional, nacional e internacional;
- Aperfeiçoamento e ampliação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: pacto federativo, participação social e intersetorialidade.

A temática integrou o processo de adesão ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) no município.

APRENDIZADO: CURSO DO P1+2, COMUNIDADE CANTO, MUNICÍPIO DE SERRINHA

A Execução do programa de formação e mobilização social para a convivência com o semiárido, uma terra e duas águas, denominado (P1+2), objetiva implementar tecnologias sociais, voltadas ao acesso à água para produção de alimentos para autoconsumo, através capacitações técnicas, intercâmbios, construção e instalação de implementações constantes no plano de trabalho, ampliação e compreensão da prática sustentável e solidária com o ecossistema do semiárido.

Por meio dessas ações de capacitação, a APAEB contribui promovendo um processo educativo para a transformação social, visando à preservação, ao acesso, ao gerenciamento e à valorização da água como direito essencial à vida e à cidadania. As famílias, através das técnicas, colaboram para um uso econômico da água, controle de pragas e produção de adubos orgânicos e enxertos em plantas.

Essa ação foi coordenada pela diretora da APAEB no período, Tereza Rocha, que recebeu os participantes das comunidades na busca pelo conhecimento. As figuras 13 e 14 apresentam essa dinâmica de envolvimento e interação.



Figura 13: Aprendendo a fazer a bandeja de mudas

Fonte: <http://apaebserrinha.blogspot.com/p/apaeb-serrinha.html>



Figura 14 - Colocando em prática as orientações do facilitador Abelmanto

Fonte: Disponível em: <http://apaeb-serrinha.blogspot.com/p/apaeb-serrinha.html>.

BANCO DE SEMENTES - GARANTIR A CONTINUIDADE DO PLANTIO E DA ALIMENTAÇÃO

Conhecer novas propostas, novas ideias, ou até que não sejam novas, mas renovar e trocar experiências é fundamental para garantir o desenvolvimento das estruturas de convivência humana. É dessa forma que propomos a continuidade da interação com a sociedade. É importante lembrar que o armazenamento das sementes foi uma das principais discussões promovidas pelo APAEB, divulgadas em cinco cidades: Serrinha, Araci, Ichu, Valente, Feira de Santana. No período, havia muitas fragilidades, entre elas, saber armazenar os produtos para evitar perda e, conseqüentemente, garantir a safra futura. A figura 15 apresenta a dinâmica atual dos associados na manutenção das técnicas, o que assegura a realização do trabalho e conseqüentemente os resultados encontrados, visto que o aprimoramento envolvendo as comunidades na prática constante é de fundamental importância.



Figura 15 - Encontro realizado em Vitória da Conquista/BA

Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/people/APAEB-Serrinha/100069250932023/>

Contudo é importante frisar a importância dessas ações, visto também permitir a proteção genética das sementes, outro fator relevante na condição alimentar da atualidade. Desse modo, a defesa do armazenamento de sementes nativas e a preservação do patrimônio genético, pela criação de bancos coletivos e individuais nas comunidades, foram ações realizadas com o apoio do Conselho Gestor de Fundo Rotativo (COGEFUR), que capacita e aprimora as técnicas de seleção e armazenamento das sementes crioulas. Nesse sentido, buscar conhecimento a respeito do tema é uma forma que a APAEB tem para garantir que os associados se mantenham informados.

Nas comunidades, essa temática é trabalhada com encontros, onde são desenvolvidos projetos para capacitar os/as agricultores/as a esse respeito. Um exemplo é o projeto Sementes do Saber, que tem a intenção de promover, nas comunidades, momentos de formação para os agricultores/agricultoras sobre a importância da prática de guardar as sementes nativas ou crioulas e das técnicas para seu armazenamento.

Desse modo, construir momentos de aprendizagem e partilha é uma das formas que prevalecem como modelo de interação entre associados e até mesmo com instituições que tenham interesse em defender o propósito dos/as agricultores. A figura 16 mostra a visita de membros da ONG Organização Comunidade e Sustentabilidade (OCS), de Salvador, para conhecer a dinâmica aplicada na comunidade.



Figura 16 - Casa de Sementes na Comunidade Canto

Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/people/APAEB-Serrinha/100069250932023>

Já na comunidade de Mombaça, essa ação teve como intuito a reativação do banco de sementes da comunidade, que estava sem atuação.

As estruturas de armazenamento de produtos agrícolas das famílias e comunidades estão cada vez mais precárias e pouco valorizadas. Tem diminuído muito a cultura de armazenamento e de estocagem, o que há décadas era um costume muito presente na dinâmica destas famílias como estratégia eficiente na convivência com as condições do semiárido. Isto tem provocado consequências muito negativas para a segurança alimentar e renda, assim como torna as famílias menos capazes para enfrentar os períodos de estiagens e secas sem grandes sofrimentos (BARREIRO, 2008, p. 06).

Nessa perspectiva, faz-se necessário retomar algumas ações, visto que a sua prática mostra um planejamento a longo prazo, e isso garante tranquilidade para as famílias que vivem do trabalho agrícola. Para tanto, é preciso ter ações vivas que promovam esse planejamento necessário.



Figura 17 - Casa de Sementes na Comunidade Mombaça

Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/people/APAEB-Serrinha/100069250932023>

JUVENTUDE EDUCADA, SOCIEDADE TRANSFORMADA

Em parceria como a Prefeitura Municipal de Barrocas, a APAEB articulou o projeto Juventude Educa, com o objetivo de credenciar a entidade para realização de convênios na área de assistência técnica, com a participação juvenil, especialmente os filhos de agricultores familiares, experimentando a transição agroecológica em suas propriedades e o envolvimento familiar a fim de proporcionar geração de trabalho e renda no campo. As atividades consistiam na aplicação diagnóstica embasada no manual de visita às famílias.

Segundo dados do currículo APAEB, o trabalho é acompanhado pelo coordenador, via monitoramento de devolução e criação de novos instrumentos de acompanhamento. A metodologia busca validar o projeto a partir da edificação do conhecimento da realidade local, visando ao fortalecimento das cadeias produtivas e à permanência das famílias e jovens no campo, produzindo conhecimento.

Contudo, na socialização, além da família e da escola, soma-se uma força abrangente, visto reforçar a importância da juventude na integração por uma sociedade melhor.

No município de Serrinha, assim como em outros municípios do semiárido baiano, a migração para os centros urbanos é fruto da ausência de políticas públicas que auxiliem a permanência do agricultor em seu local de origem, principalmente o público juvenil.

Batista (2018, p. 26) afirma que “a migração de jovens do campo é entendida como um processo socioespacial que revela as conflitualidades da questão agrária”. Assim, entende-se que o processo da migração vivenciado pelos jovens originários de famílias de pequenos agricultores, de comunidades rurais, no contexto das relações sociais dominantes no campo, é trunfo para escamotear a questão agrária e suas conflitualidades.

Entende-se que as famílias que vivem essas conflitualidades, sem perspectivas, vão em busca de oportunidades no mundo do trabalho. Batista (2018) enfatiza que grande parte dessas famílias encontra nos centros urbanos uma realidade ainda mais difícil e acabam acentuando ainda mais as realidades das periferias, visto que se juntam a tantas outras que vivem em situação de pobreza, violência, desemprego, discriminações diversas e exclusão das políticas públicas. Desse modo, os impactos sofridos pelos jovens são uma realidade que afeta o contexto territorial e, nesse sentido, o MOC juntamente com a APAEB interagem e realizam encontros na intenção de mudar estas realidades. Conforme figura 18, esses encontros apresentam as perspectivas desses jovens e discutem as condições da permanência no campo, levando em consideração as origens históricas e sociais, assim como o respeito e a dignidade.



Figura 18 - Encontro com os jovens

Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/people/APAEB-Serrinha/100069250932023>

É nesse contexto que se inserem a problemática da juventude do campo, suas vinculações com a questão agrária, e o consequente processo da migração dessa juventude para a cidade, como condição do modo de produção das relações sociais capitalistas no campo brasileiro e como estratégia de reprodução social. Assim, problematizar a juventude do campo no espaço agrário brasileiro do século XXI, suas contradições e conflitualidades, demanda pelo reconhecimento da permanência da questão agrária, entendida em uma perspectiva multidimensional, cujas relações socioespaciais produzem tensões, medeiam projetos de desenvolvimento do campo e disputam territórios (BATISTA, 2018, p. 30).

Portanto, a condição como a juventude no meio rural é tratada reflete as bases culturais históricas brasileiras de uma política oligárquica que reproduz os princípios capitalistas. Este é um cenário preocupante visto que a equidade e a justiça social ainda percorrem caminhos lentos e tortuosos, uma vez que não há sinais de mudanças. Em vista disso, crescem os índices de analfabetismo, violência e discriminação de todas as esferas. E para ampliar as disparidades sociais, a governança atual reage a esse cenário, negando os poucos direitos adquiridos durante estes longos anos de lutas e conquistas. Para uma das participantes da pesquisa, Tereza Roca, “essa realidade tem sido assustadora visto que nunca passou por uma situação tão crítica com a atual [...]”.

Desse modo, com base em pesquisa de Batista (2018), o contexto da propagação das relações de produção repercute na migração dos jovens do campo para a cidade, o que denota as contradições postas pelo modo de produção capitalista, que invade as relações sociais, modificando as estruturas locais, promovendo, assim, a lógica urbano-industrial, descaracterizando as identidades culturais. Nesse aspecto, a concentração da propriedade promove a subordinação do trabalho, o que tem gerado relações excludentes e, consequentemente, desmotivado a permanência do jovem no campo.

Considerar o trabalho como principal motivo que caracteriza a dinâmica humana na construção das relações de desenvolvimento social, individual e de sobrevivência é uma questão essencial, pois é dessa relação que foi construído o desenvolvimento da humanidade. Nesse aspecto, podemos afirmar que o trabalho não pode ser um espaço de alienação, mas de exteriorização, ou seja, o trabalho se vincula às condições de sobrevivência. Logo, o que faz os jovens migrar para os grandes centros é a necessidade de construir novas perspectivas de vida e, como é sabido, isso se materializa pela construção e desenvolvimento das habilidades construídas na educação. No entanto, esse jovem vai enfrentar a barreira de deixar seus familiares e agregados, nessa realidade, a dura condição da falta de educação.

De acordo com o Censo 2010, de fato o nível educacional das pessoas residentes no meio rural se situa bem abaixo do que o encontrado nas cidades: 80% das pessoas

com 25 anos ou mais, que moram na zona rural, não têm escolaridade ou não concluíram o ensino fundamental, enquanto a maioria dos que residem na cidade completou, pelo menos, o ensino fundamental (56%).

Nessa condição, Batista (2018) *apud* Menezes (2014) afirma que:

A população jovem residente no campo se apresenta com maior concentração nas regiões Norte e Nordeste, as quais concentram significativo nível de pobreza e exclusão social, além de também apresentarem dificuldades no acesso às políticas públicas. Essa autora também destaca a continuidade dos processos migratórios com relação à população jovem. Assim, conforme verificado pelo IBGE (2010), dos dois milhões de pessoas que deixaram o campo entre os anos 2000 a 2010, um milhão refere-se à população com idade considerada jovem, o outro um milhão diz respeito aos grupos etários de crianças, adultos e idosos. Desse modo, 50% da população migrante do campo se encontra no grupo etário jovem (BATISTA, 2018, p. 83 *apud* MENEZES, 2014).

Essa realidade não é diferente das realidades encontradas nas comunidades, nas quais a APAEB integra suas ações, contudo o desenvolvimento de ações que contemplem esse grupo é de extrema importância, visto ser esse um problema que, a longo do tempo, vem se perpetuando na realidade rural, proveniente da falta de políticas públicas que atendam a essa perspectiva.

Para tratar essa realidade, segundo dados do Currículo APAEB (2017), esta entidade busca figura 19 atuar no campo da garantia dos direitos da criança e do adolescente, participando das discussões e da implementação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), tendo desenvolvido ações com o objetivo de assegurar a permanência das crianças e adolescentes nas escolas, em turno oposto, e com Jornadas Ampliadas, longe de atividades que visem à exploração da mão de obra infantil e à violação seus direitos (estudar e brincar). Essa atividade envolveu a dinâmica com jogos cooperativos.



Figura 19 - Atividades com Jogos/crianças e adolescentes das comunidades de Alto Alegre, Canto e Ipoeira

Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/people/APAEB-Serrinha/100069250932023/>

Entre os anos de 2005 e 2006, com o convênio de Cooperação Financeira financiado pelo Banco do Brasil, foi implementado o Projeto Geração de Trabalho e Renda para Jovens Rurais. Essa ação mobilizou a capacitação de jovens na formação de grupos de produção para geração de trabalho e renda, com o objetivo de desenvolver empreendimentos na área da avicultura e apicultura. Este projeto envolveu jovens e mulheres de algumas comunidades.

As transformações sociais se concretizam a partir do conhecimento, e o empreendedorismo é uma forma pela qual o agricultor utiliza suas produções para adquirir outros produtos essenciais à sua vida. Considerando que o agente de transformação no meio rural é o agricultor, ele precisa de apoio na formação e acompanhamento dos seus projetos para, assim, viabilizar o uso correto de tecnologias de gerenciamento e produção. Neste sentido, cabe identificar aspectos relativos ao empreendedorismo que tenham correlação com a realidade estrutural de cada família e assim buscar alternativas que possam viabilizar a permanência das famílias no campo com qualidade de vida.

A esse respeito, é importante destacar a necessidade de organizar as produções com embasamento técnico que possa ampliar a visão estratégica do produtor, pensando cada detalhe de modo a garantir a manutenção do seu capital de giro para manter sua subsistência e a dos demais projetos. Nesse sentido, é fundamental o entendimento do

planejamento futuro dos recursos, já que na dimensão agrícola é necessário organizar e estruturar cada cultura a ser desenvolvida.

O desenvolvimento é essencial, para tanto, é necessário que entidades que tenham relação com a agricultura familiar tenham uma visão global e contextualizada desses empreendimentos e os vejam como fornecedores de uma diversidade de produtos para poderem melhorar os incentivos para o desenvolvimento da cadeia de sua distribuição, possibilitando a eles acessar mercados mais rentáveis, de forma mais efetiva (LUZ, 2020).

O desenvolvimento social da juventude se dá por meio das iniciativas educacionais, nesse sentido, a APAEB reforça seu vínculo, participando dos movimentos articulados com o Instituto Federal da Bahia (IFBA), que amplia a percepção dos sujeitos do campo, demonstrando que, pelo conhecimento, é possível gerar novas possibilidades de convivência saudável e próspera.

O encontro, figura 20, foi realizado na Escola Plínio Carneiro - Caravana Agroecológica: Saberes, práticas, cultura e educação no Território do Sisal, uma Iniciativa do Instituto Federal da Bahia (IFBA), mostrando condições que precisam ser implementadas para proteger o meio ambiente, tendo sido feitas apresentações de várias experiências com os seguintes temas: inseticida natural, sementes crioulas, tratamento e reaproveitamento de água, plantas alimentícias e muitas outras experiências.



Figura 20 - Caravana Agroecológica: Saberes, práticas, cultura e educação no Território do Sisal

Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/people/APAEB-Serrinha/100069250932023/>

O PAPEL DAS MULHERES NA APAEB SERRINHA

As mulheres na APAEB têm forte atuação em diversos aspectos, destacando-se, entre eles, a campanha de integração voltada à condição digna das mulheres trabalhadoras rurais. Portanto, a participação nos projetos que agregam valores sociais e de cidadania compreende suas principais ações nas comunidades. Entre os anos 1990 e 2005, juntamente com a parceira do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, foi realizado o projeto cidadania formal pela confecção dos documentos. A APAEB atuou com esse projeto, auxiliando muitas mulheres rurais de Serrinha e microrregião a terem, não apenas o reconhecimento social, mais também o aumento da sua autoestima e o exercício do direito de ser cidadã, com a retirada dos seus documentos. Segundo Carvalho e Batista (2021).

Enfrentar essa disparidade social envolve estratégias das quais muitas mulheres trabalhadoras rurais no Território do Sisal, com apoio principalmente dos setores católico-progressistas, emergiram nesse cenário através da consciência coletiva que se retroalimenta com a conquista de novos saberes. Nesse sentido, Nascimento (2020) afirma que é importante destacar que as relações estabelecidas por meio dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e das associações refletem o empoderamento das mulheres. São mulheres que em sua dinâmica como trabalhadoras rurais, agricultoras, mães, esposas e militantes consolidam as condições para o enfrentamento das desigualdades de gênero e de classe social que se manifestam quando a elas se somam a condição de trabalhadora rural/agricultora familiar/camponesa (CARVALHO; BATISTA, 2021, p. 4).

Nessa dinâmica múltipla, estima-se que 45% da produção agrícola brasileira seja feita por mulheres. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, 12,68% dos estabelecimentos rurais têm mulheres como responsáveis, bem como 16% dos estabelecimentos da agricultura familiar. As mulheres são responsáveis por 45% da produção de alimentos no Brasil e nos países em desenvolvimento e reinvestem cerca de 90% do que ganham na educação e no bem-estar da família. Trabalham, em média, cerca de 12 horas semanais a mais que os homens, mas somente 20% são proprietárias das terras onde produzem (CASTRO, 2020).

Escolaridade é outro indicador negativo para a população rural e, em especial, para as mulheres. De acordo com o Censo 2010, de fato o nível de instrução das pessoas residentes no meio rural é bem mais baixo do que o identificado nas cidades: 80% das pessoas com 25 anos ou mais em domicílio rural não têm escolaridade ou não finalizaram o ensino fundamental, enquanto a maioria das residentes em perímetro urbano completou, pelo menos, o ensino fundamental (56%) (IBGE, 2010).

Conforme Castro (2020), esse contexto de desiguais condições de vida para as mulheres rurais infelizmente é ainda algo muito presente na sociedade. Esta autora afirma que, diante dessa problemática, as agências internacionais chamam a atenção a este respeito, visto que, diante da diversidade de atividades desenvolvidas pelas mulheres - trabalho em casa, na roça e no mercado -, elas são promotoras de melhorias e produtividades nas atividades agrícolas. Isso reverbera positivamente na segurança alimentar da família e da comunidade, nesse sentido, a figura 21 apresenta uma das atividades desenvolvidas pelas mulheres como forma de garantir o sustento familiar.



Figura 21 - Oficina de produção de doces

Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/people/APAEB-Serrinha/100069250932023/>.

Na oficina com mulheres, mães das crianças que participam do Projeto Parceiros por Um Sertão Justo vivenciam um dia de produção de doces. O objetivo é prepará-las para exercer a atividade de produção e gerar renda. A ação é fruto da parceria entre o MOC e a Actionaid, com apoio da APAEB. Participaram desse projeto mulheres das comunidades Trocado, Ipoeira, Canto, Alto Alegre, Salgado, Subaé e Maravilha.

Além das atividades da casa, a mulher também apresenta suas intervenções no trabalho no campo, para tanto, são importantes momentos de formação para as mulheres agricultoras ampliarem seus conhecimentos.



Figura 22 - Formação para mulheres agricultoras na comunidade do Mandacaru

Fonte: Disponível em: <http://apaeb serrinha.blogspot.com/p/apaeb-serrinha.html>.

A comercialização de produtos hortifrutigranjeiros é uma das principais atividades desenvolvidas pelas mulheres. Nesse sentido, a APAEB Serrinha dá apoio às agricultoras que apresentam e comercializam os produtos de seus quintais na Feira Agroecologia. Interessadas em ampliar seus conhecimentos sobre técnicas de produção e tirar dúvidas, elas solicitaram a realização de formação, principalmente aquelas que não recebem assistência técnica. A APAEB Serrinha em parceria com o MOC promoveu dois dias de campo com as agricultoras.

O artesanato é um outro mecanismo que algumas mulheres desenvolvem como alternativa para aumentar a fonte de renda. Bonecas de pano, peso de porta, chaveiros e outros utensílios podem ser encontrados. Elas também perceberam que, além de comercializar em casa, os intercâmbios são bons espaços para a comercialização. Desse modo, mulheres da comunidade Mucambo, figura 23, em Riachão do Jacuípe, estão investindo na produção de artesanato como mais uma fonte de renda para a família e também como diversão.

Levar em consideração que o trabalho se caracteriza como uma necessária fonte de manutenção da vida, salienta-se que produzir condições de trabalho é essencial para a manutenção da vida. Nesse sentido, as mulheres desenvolvem desde atividades artesanais a atividades agrícolas para assim garantir o sustento da família.



Figura 23 - Artesanato bonecas de pano

Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/people/APAEB-Serrinha/100069250932023/>.

COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS

Essa é uma atividade que gera renda para as famílias, pois através dessa ação o/a agricultor/a familiar vende seus produtos para comprar outros produtos também essenciais à sua subsistência. Trata-se de uma iniciativa que tem o apoio do Conselho Gestor do Fundo Rotativo (COGEFUR)[3], voltado para apoio de crédito aos empreendimentos solidários e organizações sociais da agricultura familiar da Região Sisaleira da Bahia. Para esse processo vir a acontecer, é preciso haver produção. Desse modo, os quintais produtivos criam animais de pequeno porte, principais produtos que geram renda para as famílias.



Figura 24 - Quintal produtivo

Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/people/APAEB-Serrinha/100069250932023/>

A produção de hortaliças do casal Renilda e Cordeiro, figura 24, do município de Capela do Alto Alegre - BA, ficou mais fácil após a conquista da cisterna de enxurrada. Nesse sentido, a água é o principal recurso para garantir esse processo. Assim, através dos programas que auxiliam na captação da água da chuva, o agricultor, além de manter a qualidade de vida, mantém a fonte de recursos financeiros, que auxiliam na compra de outros itens necessários para a sobrevivência. Manter a expectativa e o interesse do agricultor é possível por meio do conhecimento. Sendo assim, a APAEB, na busca pelo conhecimento, faz visitas a agricultores de localidades diferentes para adquirir experiência com aqueles que já têm experiência, ou seja, a troca de informações é uma maneira pela qual é possível tratar as realidades e assim resolver ou desenvolver novas práticas com êxito.

Segundo depoimentos encontrados na página de *facebook*, foi nos encontros de formação que o senhor Paulino, figura 25, aprendeu a fazer a horta verão, adaptou a técnica para economizar custos e mudou o roteiro da sua vida. Ele trabalhava de pedreiro e com a experiência com horta percebeu que era possível manter a vida com tranquilidade e ter seu dinheiro garantido. Ele divide as atribuições com a esposa e os filhos, que vivem da comercialização de hortaliças nas feiras dos municípios de Serrinha, Araci e Barrocas.



Figura 25 - Horta de senhor Paulino

Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/people/APAEB-Serrinha/100069250932023/>

A atividade pecuária de pequeno porte é uma outra fonte de renda que garante sustento alimentar ao agricultor familiar. A criação de aves é uma dessas práticas muito comuns por permitir a produção de ovos e o abate das aves. Nesse sentido, é importante mencionar que essa prática se dá devido a vários fatores, entre eles, a extensão territorial das propriedades dos agricultores, que são pequenas, o que impossibilita, por exemplo, a criação de gado, que precisa de maior quantidade de produção de alimentos. O trato dos animais é uma atividade que exige muita dedicação, pois requer muito cuidado e produção de alimentação e água para manter a reprodução.



Figura 26 - Criação de galinhas senhor Jairo

Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/people/APAEB-Serrinha/100069250932023/>

Dessa forma, podemos afirmar que com criatividade e conhecimento a transformação do ambiente acontece com responsabilidade e sustentabilidade. Portanto, entende-se que uma condição digna permite que o trabalho rural se torne mais suave e atrativo. Desse modo, faltam políticas educacionais e sociais que ampliem a condição de convivência e de trabalho digno. As relações atuantes precisam ir além dessa conjuntura capitalista, a qual nega os espaços com finalidade intencional de promover o regime de dependência das pessoas a outras dinâmicas antidemocráticas.

Portanto, é urgente a construção de uma consciência crítica capaz de perceber e cuidar da preservação do meio ambiente. Nesse sentido, a educação é a forma pela qual é possível mover mudanças sociais e intelectuais. Para isso, faz-se necessária a condição tão sonhada de igualdade, justiça social, respeito e valorização das questões culturais, assim como é igualmente importante a viabilidade econômica dos sistemas de produção de alimentos e geração de renda (BARREIRO, 2008).



Figura 27 - Comunidade Matão, Serrinha-Ba, em formação

Fonte: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9DpDTkRxcCs>

A busca por aperfeiçoamento se concretiza pela formação dada com as trocas de experiências, ou seja, a vivências relatadas e transformadas em outras tentativas práticas. Desse modo, Gadotti (2011) afirma que, para intervir e mudar o mundo que desejamos transformar, precisamos conhecer a realidade onde estamos.

Desse modo, podemos afirmar que a troca de experiência é uma forma pela qual se dá o processo de transformação, sendo essa uma prática bem presente nas ações da associação, a qual busca compreender a história, a cultura e as identidades, formando, assim, redes de integração. Nesse contexto, a feira agroecológica é um espaço onde são comercializados os produtos da agricultura familiar, e esse trabalho toma uma dimensão ampla, visto haver uma preocupação com todas as atividades desenvolvidas. Barreiro (2008) afirma que:

A formação das famílias agricultoras deve constituir um processo permanente a partir da chegada do/a técnico/a na comunidade. É importante a abordagem dos aspectos socioambientais, econômicos, políticos e culturais. Nessa troca de conhecimentos entre o científico e o popular, é fundamental proporcionar às famílias informações das características e benefícios dos produtos agroecológicos em relação aos produtos convencionais, produzidos mediante altas doses de agrotóxicos, queimando o mato e praticando o monocultivo (BARREIRO, 2008, p. 10).

Portanto é importante enfatizar que as formações geram benefícios tanto para a comunidade quanto para os agricultores, visto que no seu trato normalmente não são

usados agrotóxicos, garantindo assim a qualidade dos alimentos e a saúde do agricultor. Sendo assim, as feiras agroecológicas apresentam vantagens, tanto para os que consomem quanto para os que trabalham, visto promoverem uma dinâmica sustentável que respeita o ambiente e com quem convive.

Em parceria com o Movimento de Organização Comunitária – MOC, a APAEB iniciou a discussão sobre a importância da criação de uma feira municipal que viabilizasse a comercialização dos produtos da agricultura familiar de forma padronizada para as famílias assistidas pelo projeto de assistência técnica, executada em parceria com o MOC no município de Serrinha. Considerando a necessidade de proporcionar acessibilidade ao mercado de comercialização dos produtos, foi realizado um diagnóstico para identificar famílias com perfil para fazer parte deste projeto, e após a identificação foi feita a abertura da feira em julho de 2009 (CURRÍCULO APAEB, 2015, p. 16).

Realizada semanalmente aos sábados, a feira livre do município de Serrinha é um dos espaços onde é feita a comercialização dos produtos da agricultura familiar. E desse modo, contando com a criação de uma comissão para proporcionar a autogestão do grupo e o acompanhamento da APAEB nas atividades realizadas e no dia a dia da feira. O projeto de capacitação e de formação voltado para o sistema produtivo familiar e a comercialização, com foco na agroecologia e segurança alimentar e nutricional, é um desafio que precisa ser mantido visto ser urgente a busca por novas práticas que conservem a vida e a terra.

Nessa dimensão, também foi idealizado esse modelo de projeto no município de Barrocas, envolvendo Agricultores Familiares assistidos pela APAEB Serrinha, tendo como foco e critérios os mesmos adotados em Serrinha.

A APAEB Serrinha em parceria com o MOC promoveu dois dias de campo com mulheres agricultoras. Elas foram motivadas a ampliar seus conhecimentos sobre técnicas de produção. A formação técnica atendeu principalmente aquelas que não haviam recebido assistência técnica. Esse mecanismo favoreceu o crescimento do quintal produtivo, atividade desenvolvida por muitas agricultoras que comercializam seus produtos na Feira Agroecológica, espaço que conquistaram, hoje agregado à feira tradicional do município.

Para manter a organização, anualmente a APAEB Serrinha faz o cadastramento dos feirantes com esta modalidade e, junto com seus representantes, forma uma comissão gestora da feira em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha (SINTRAF), Cooperativa de Produção e Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Serrinha (COOPAF/SERRINHA), Secretaria Municipal de Indústria e Comércio e Movimento de Organização Comunitária (MOC).

Segundo dados encontrados na página do *facebook*, além do apoio à comercialização, a comissão organizadora orienta os agricultores que têm interesse em vender seus

produtos para o estabelecimento de regras de funcionamento do espaço, capacitação e gestão do uso de recursos do Fundo Solidário. Este fundo é composto por taxas pagas pelos agricultores e se destina à manutenção das barracas, compra de novas barracas e outros equipamentos necessários para a comercialização dos produtos.



Figura 28 - A Feira Agroecológica da Agricultura Familiar foi implantada pela APAEB em Serrinha

Fonte: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9DpDTkRxcCs>.

A Feira Agroecológica da Agricultura Familiar foi implantada pela APAEB Serrinha por meio de uma ampla parceria entre várias organizações sociais e o poder público municipal e consiste no trabalho feito no campo. É sabido que essa produção é feita pela agricultura familiar, que gera renda e garante alimento na mesa de muitos brasileiros. Segundo Back Junior (2019), no Brasil a agricultura familiar é a oitava maior produtora de alimentos do mundo, ou seja, apresenta-se como uma forte aliada do desenvolvimento econômico, pois mantém o emprego e a produção de alimentos, voltados principalmente para o consumo interno.

Com base nessa afirmação, entende-se que a busca de estratégias por políticas públicas, especialmente voltadas aos agricultores familiares e camponeses, vem de uma realidade fragilizada pela conjuntura política desse país, visto que, na atualidade, segundo Carvalho e Batista (2020), a política pública do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi negada pelo Presidente Jair Bolsonaro, que vetou todas as medidas de apoio aos pequenos agricultores, previstas na PL 735, aprovada por quase unanimidade no Congresso Nacional.

A pandemia do novo coronavírus intensificou problemas de natureza social e econômica por todo o mundo, sobretudo pela sua velocidade de disseminação e capacidade de afetar de modo letal, especialmente as populações vulneráveis. Tal fenômeno tem demarcado o agravamento das crises sanitária e humanitária, destacando-se de modo particular, em países com situação econômica e política fragilizada. Isto se justifica sobretudo em virtude do modo como os governos aderem às estratégias demandadas pelo neoliberalismo, firmando acordos tácitos com os detentores do poder econômico e financeiro, na escala nacional e internacional (BATISTA; CARVALHO, 2020, p. 3).

Frente a esta realidade, a APAEB Serrinha, durante o período pandêmico, devido aos cortes das políticas públicas, esteve com suas atividades suspensas. Dessa forma, o acompanhamento dos projetos das políticas públicas da agricultura familiar, a exemplo do PRONAF, entre outros, ficou sem apoio, e alguns projetos foram suspensos. Sendo assim, o Quadro 1 apresenta as pessoas que trabalhavam no desenvolvimento dos projetos monitorados pela APAEB Serrinha e que, no contexto da pandemia, ficaram desempregadas, visto que não havia verbas para o desenvolvimento dos projetos e das atividades.

Essa realidade é fruto da estrutura política atuante que não apenas afeta os pequenos agricultores que no momento não tiveram subsídios para manutenção das suas atividades no campo, como aqueles que de maneira indireta desenvolvem essas atividades. Segundo o currículo APAEB (2015), os requisitos básicos para o credenciamento, no que trata da disponibilidade de um corpo técnico multidisciplinar antes da pandemia, contavam com catorze profissionais que se dedicavam às visitas para auditoria técnica nas comunidades e região, como projetos ativos e atividades internas, com o objetivo de acompanhar e avaliar os trabalhos desenvolvidos.

As visitas de monitoramento e acompanhamento técnico às famílias eram feitas com recursos dos programas, com os quais a APAEB era conveniada, e tinham acompanhamento de profissionais capacitados a desenvolver os programas juntamente com as famílias. Nesse sentido, a instituição, no período de pandemia, teve suas ações estagnadas, visto que não havia verbas disponíveis para atender ao desenvolvimento das ações voltadas ao trabalho com agricultores familiares.

Portanto, vale salientar que o desenvolvimento da produção de alimentos gerada pela prática da agricultura familiar é muito importante pois move o contexto econômico, gera renda e mantém a produção alimentar. E para tanto, promover um mecanismo de atuação firmada no conhecimento é a única forma para podermos modificar o espaço de convivência social. Logo, a defesa pelos recursos primordiais para a realização dessas ações é uma forma de manter uma sobrevivência digna no semiárido. Nesse sentido, defender os direitos sociais é também uma ação que faz parte da dinâmica da APAEB.

MOBILIZAÇÕES SOCIAIS: É PRECISO DEFENDER NOSSOS DIREITOS



Figura 29: #SemiáridoVivo

Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/people/APAEB-Serrinha/100069250932023/>

Durante muitas décadas, a falta de água castigou a vida do nordestino, e a forma como lidávamos com esta realidade era interessante aos coronéis que comandavam a estrutura política e a indústria da seca, que aprisionava a classe trabalhadora e enriquecia a elite agrária, segundo Coelho Neto (2017). Nesse contexto, a busca é constante pelos direitos sociais, mas, entre tantos, a defesa pelo lema apresentado na figura 29 #Semiárido Vivo Nenhum direito a menos! nos remete a um divisor de águas, não apenas no território do Sisal, bem como no Nordeste, região de muitas chuvas, porém em uma escala de tempo mais demorada. Com os projetos de captação de água, muitas realidades foram mudadas nesse território.

Defender os interesses da classe trabalhadora e questionar as políticas postas pelo Estado para a agricultura familiar são algumas das questões que levam parte da sociedade às ruas, discutir em plenária, promover eventos de conscientização. Desse modo, a APAEB mantém articulação com entidades que compõem o fórum municipal, incluindo agricultores familiares, sindicatos, associações comunitárias e urbanas, estudantes municipais e estaduais, Instituto Federal da Bahia, professores, vereadores, bancários, movimentos negros, movimentos de mulheres, cooperativas de crédito e produção, entre outros, na luta por uma sociedade mais justa (figura 30).



Figura 30 - Caminhada Greve Geral em Serrinha

Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/people/APAEB-Serrinha/100069250932023/>

A participação desta entidade nas discussões para defender o interesse da classe trabalhadora do campo e nesse sentido, através dos seus representantes/associados, colabora com essa árdua missão de defender direitos. Dessa maneira, a natureza das associações é definida pela luta política empreendida sob diferentes condições e circunstâncias da realidade.



Figura 31 - Caminhada Petrolina-Juazeiro – mais políticas públicas

Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/people/APAEB-Serrinha/100069250932023/>

E nessa luta para defender a classe trabalhadora no campo, sobretudo no território do Semiárido, homens e mulheres camponeses vão a Petrolina-Juazeiro, figura 31, manifestar seus desejos por mais políticas públicas.



Figura 32 - Articulação com o semiárido

Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/people/APAEB-Serrinha/100069250932023/>

O envolvimento nas discussões que almejam a valorização e a melhoria para uma convivência saudável no território se tornou algo muito presente na trajetória da APAEB, que, juntamente com o Movimento das Organizações Comunitárias (MOC) e Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), participa e atua na defesa desse contexto que também abrange o Território do Sisal.

Desse modo, cabe avaliar a importância da interação entre o conhecimento empírico e o científico, que, juntos, têm uma dinâmica de completude. A figura 32 mostra a participação da APAEB nas discussões que aprimoram e buscam fortalecer cada vez mais a relação comprometida com o seu local de identidade cultural. Ou seja, mesmo mediante os desafios, há chances de serem movidas ações afirmativas com responsabilidade social e econômica. A esse respeito, o Boletim O Candeeiro, figura 33, revela as diversas ações empreendidas pelos agricultores e agricultoras que conseguiram modificar sua realidade com os conhecimentos adquiridos, unindo o conhecimento científico ao conhecimento popular. O boletim de experiências “O Candeeiro[4]” revela algumas atividades acompanhadas pela APAEB, que chegaram a ser publicadas na página do site asabrazil.org.br.

A comunicação é um veículo de suma importância na multiplicação do conhecimento. Portanto, pensar a comunicação de forma horizontalizada, em que todos e todas conheçam as experiências de vida através dos seus relatos, impulsiona os que estão em dúvida, sendo válida para os que estão desenvolvendo seus trabalhos a permanecer na caminhada.

Esse projeto denominado O Candeeiro nasceu como fonte estratégica para divulgar as experiências e para que os agricultores se vejam e sejam vistos no semiárido brasileiro. Esse desafio de articulação no Semiárido Brasileiro surgiu em 2007 com a chegada do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) como uma oportunidade de exercitar uma nova prática de comunicação popular[5], através dos boletins de sistematização.



Figura 33 - Boletim - O candeeiro

Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/people/APAEB-Serrinha/100069250932023/>

Durante a realização desse projeto, a APAEB Serrinha divulgou e apresentou práticas no contexto do Território do Sisal, levando esperança e expectativa para a região. Nesse sentido, é importante a dimensão desta ação, visto que numa área territorial tão plural é possível diversificar a produção e a geração de renda, motivo pelo qual é relevante

comunicar para servir de referência para outros que desejam conviver nesse território de forma produtiva. Os projetos abaixo mencionados foram experiências de sucesso nos quais a APAEB esteve envolvida.

O Candeeiro_55 - Título: “Jovem mostra que viver bem no campo é possível” Tema: quintal produtivo, comercialização.

O Candeeiro_58 - Título: “Hortaliças geram renda e garantem segurança alimentar”. Tema: preservação da caatinga, produção de alimentos, água para produção.

O Candeeiro 62 - Título: “Mulheres produzem geleia e polpa de fruta em Baixa Grande” Tema: organização comunitária, produção de alimentos, comercialização, geração de renda, mulheres.

O Candeeiro 63 - Título: “Banco Sementes da Comunidade do Canto”. Tema: estoque de sementes, preservação das sementes nativas.

O Candeeiro 65 - Título: “Produção de mel e orgânicos em Baixa Grande” Tema: produção orgânica de mel e de frutas, comercialização.

O Candeeiro 1027-Título: “Cisterna possibilita volta de agricultor, e produção de hortaliças vira realidade”. Tema: produção de alimentos, água para produção, geração de renda.

O candeeiro 1028 - Título: “Armazém da agricultura familiar é uma conquista da agricultura familiar”. Tema: comercialização, cooperativismo, associativo, produtos da agricultura familiar.

O Candeeiro 1029 - Título: “Produção de ração natural faz diferença na criação de animais de Adilson e Ana”. Tema: criação de animais, estoque de alimentos.

O Candeeiro 1030 - Título: “A tradição do artesanato das panelas de barro das mulheres da ACASA”. Tema: geração de renda, associativismo, organização comunitária, tradição.

O Candeeiro 1215 - Título: “Aprendendo a negociar com a seca”. Tema: produção de alimentos, criação de animais.

O candeeiro 1216 - Título: “A resistência das mulheres de Morro Redondo”. Tema: organização, produção de alimentos, grupo de mulheres, luta pela terra.

O Candeeiro 1217 - Título: “Grupo gera renda e segurança alimentar com produção de sequilhos”. Tema: organização comunitária, comercialização, produção de alimentos.

O Candeeiro 1245 - Título: “Uma história de organização e luta pela terra: a experiência do Assentamento Menino Jesus”. Tema: acesso a terra, produção de alimentos, acesso à água.

O Candeeiro 1246 - Título: “Produção de hortaliças garante autonomia e sustentabilidade para famílias do Canto”. Tema: produção de alimentos, acesso à água, comercialização.

O Candeeiro 1247 - Título “Barragem subterrânea contribui para o sucesso da produção de seu Adriano”. Tema: produção de alimentos, tecnologia social de armazenamento de água, comercialização.

O Candeeiro 1248 - Título: “Superação e conquista marcam a história do grupo delícias da terra”. Tema: grupo de produção de alimentos, geração de renda.

O Candeeiro 1495 - Título: “Força e união das mulheres mantêm o grupo de produção na comunidade Deus dará”. Tema: produção de alimentos, comercialização com o PNAE, organização de grupos de mulheres.

O Candeeiro 1494 - Título: “Amo a natureza e não desisto por nada. A natureza para mim é tudo”. Tema: preservação da caatinga, quintal produtivo.

O Candeeiro 1492 - Título: “Assentamento gera renda e esperança para família na comunidade de Nova Paz”.

Candeeiro 1764 - Título: “A nossa vontade é ver mais ainda nossa melhoria aqui no semiárido”. Tema: produção de alimentos, comercialização.

O Candeeiro 1765 - Título: “Não tenha vergonha de dizer sou da zona rural, sou agricultora”. Tema: acesso à água, produção de alimentos, comercialização.

O Candeeiro 1766 - Título “João Miguel e sua luta por organização e direitos na Comunidade de Morrinhos” Tema: organização comunitária, criação de pequeno animal, produção de alimentos.

O Candeeiro 1767 - Título: “Trabalho e união fortalecem a união da família Peixoto”. Tema: produção de alimentos, água para produção, comercialização.

O Candeeiro 1768 - Título: “A trajetória da família Santana: atenção ao desenvolvimento local e da juventude”. Tema: juventude rural, desenvolvimento local, criação de pequenos animais, comercialização.

As diversas ações desenvolvidas e mencionadas acima sinalizam a importância dos projetos acompanhados pela instituição, visto que apresentam relevância tanto para as comunidades locais, como para a abrangência de pertencimento às características regionais, servindo de orientação e estímulo para os que tiverem interesse na temática de atuação.

O TRABALHO INTERNO NA APAEB

Para administrar as atividades da organização, há necessidade de pessoas capacitadas, especialmente no que diz respeito às atividades internas e, nessa perspectiva, os integrantes assumem a missão de buscar conhecimento através das formações fornecidas pelas instituições parceiras, assim como de promover dentro das suas atividades encontros e partilhas para facilitar as aprendizagens.

Porém, para dar conta das demandas, é necessário recorrer aos profissionais das áreas que estão bem integradas com o trabalho desenvolvido. Nesse sentido, as atividades da associação se desdobram com base nos projetos ofertados e aprovados pelas políticas públicas. Desse modo, essa estrutura sofreu muitas modificações, visto terem as políticas públicas uma relação com a forma governamental atuante. Segundo a participante da pesquisa, Teresa Rocha, o melhor governo no contexto de entrega de verbas para o desenvolvimento para as políticas públicas para a agricultura familiar, na nossa região, foi o da gestão do Partido dos Trabalhadores, PT, especificamente o governo Lula.

O Quadro 1 apresenta os profissionais atuantes nos projetos desenvolvidos pela APAEB. Mas durante o período pandêmico, em razão da suspensão das verbas dos projetos, os profissionais também ficaram suspensos, uma vez que não havia recursos disponíveis. Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sociais Econômicos (DIEESE), a pandemia, que envolveu medidas de isolamento e restrições das atividades, reduziu intensamente a ocupação no Brasil e a proteção social ou trabalhista, e muitos/as trabalhadores/as perderam seus postos de trabalho e ainda não conseguiram retomar suas atividades.

Nome	Formação
Avani Cristo Nascimento	Magistério. Bacharelado em Administração. Bacharelado em História.
Daiane Almeida Ferreira	Comunicação Social, com ênfase em Jornalismo.
Eismário de Souza Jesus	Ensino médio.
Gelvânio Silva dos Santos	Ensino médio. cursando Agroecologia.
Janeidson Luiz de Oliveira Miranda	Ensino médio
Leandro de Oliveira Soares	Técnico agropecuário.
Marcos Vinicius de Abreu Andrade	Bacharel em administração, concluindo a pós-graduação em Gerenciamento de projeto, assim como concluindo também um outra pós-graduação, em Gestão de Pessoas.
Maressa Correia da Costa Campos	Licenciatura em Pedagogia e administração de projetos pedagógicos. cursando Bacharelado em direito.

Marlete Lima dos Santos	Concluindo o Bacharelado em administração.
Silvaney Santiago Souza	Bacharel em administração. Concluindo a pós-graduação em Gestão de Cooperativas, com ênfase em Economia Solidária
Thiago Silva de Oliveira	Técnico em agropecuária
Valdir Ferreira Alves	Licenciatura em pedagogia, docência e gestão de processos educativos. Pós-graduando em Gestão de Cooperativas, com ênfase em Economia Solidária
Mateus Jonnei Lima Carneiro	Engenheiro Agrônomo

Quadro 1 - Profissionais que atuam na APAEB

Fonte: Criado pela autora, dados Currículo

ESCOLHA DA NOVA EQUIPE DE GESTÃO

Na condição de empreendimento associativo, a gestão da instituição ocorre por meio de uma votação que acontece de três em três anos. A escolha da chapa começa com a participação dos representantes que estão na gestão atual, visto que, quando o período de eleição se aproxima, é comunicado nas reuniões que as comunidades escolham possíveis candidatos para participar. Com as indicações recebidas, é feita a análise dos possíveis cargos indicados. Nessa perspectiva, são formadas as chapas, que serão definidas por votação.

A indicação é que as chapas sejam constituídas por membros de diferentes comunidades, para assim manter uma comunicação ativa e participativa com os associados. Nos últimos anos, a chapa tem sido única em razão da quantidade de participantes envolvidos. No ato da votação, figura 34, são escolhidos o presidente, vice-presidente, secretário(a), segundo secretário (a), tesoureiro, segundo tesoureiro, três representantes para o conselho fiscal efetivo e três para conselho fiscal suplente. A gestão da associação é definida com todo o esforço feito por diferentes atores para recrutar, manter e envolver os membros.



Figura 34 - Assembleia para votação na nova chapa

Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/people/APAEB-Serrinha/100069250932023/>.

O momento apresentado na figura 34 mostra a ação democrática em que foi feita a escolha dos representantes de uma nova chapa. O Quadro 2 mostra as chapas constituídas ao longo da trajetória da APAEB.

Ano	Representantes e suas funções
1994 - 1997	Presidente: Maria Dilza Santiago Souza, Vice-presidente: Gabriel Evangelista de Azevedo, Secretária: Jacy Barreto de Souza, 2ª Secretária: Janete de C. Souza, Tesoureiro: João de Santos, 2º Tesoureiro: DIGO, Conselho Fiscal Efetivo: Osvaldo Gonçalves Souza, João Vieira da Silva e João Oliveira dos Anjos Conselho Fiscal, Suplentes: Antônio Firmino de Oliveira, Jesuina Regina S. Brandão, Maria Josefina de J. Silva.
1997 -2000	Presidente: Antônio José Gonçalves, Vice-presidente: Maria de Carvalho Souza, Tesoureira: Helena Barreto de Souza, 2º Tesoureiro: Antônio Bispo dos Santos, Secretária: Tereza Rocha dos Santos, 2ª Secretária.: Maria Dilza Santiago Souza, Conselho fiscal efetivo João Oliveira dos Anjos, Maria José Oliveira dos Anjos, Luiz Lisboa de Oliveira, Conselho fiscal, suplentes: Jacy Barreto de Souza, Anita de Freitas Pereira Silva, Silvaney Santiago Souza.
2000 -2003	Presidente: Helena Barreto de Souza, Vice-Presidente: Antônio Cláudio Oliveira Santiago, Tesoureira: Tereza Rocha dos Santos, 2ª Tesoureira: Maria José Oliveira dos Anjos, Secretário: Silvaney Santiago Souza, 2ª Secretária: Maria Agnelina Santos de Jesus, Conselho Fiscal Efetivo: João Oliveira dos Anjos, José Pinheiro de Lima, Antônio Bispo dos Santos, Conselho Fiscal, Suplentes: José Barbosa de Lima, David de Oliveira Lima, Anita de Freitas Pereira Silva.

2003--2006	Presidente: Helena Barreto de Souza, Vice-presidente: João Oliveira dos Anjos, Tesoureira: Tereza Rocha dos Santos, 2º Tesoureiro: Silvaney Santiago Souza, Secretária: Maria Agnelina da Silva dos Santos, 2ª Secretária: Izidora Rocha de Souza e Souza, Conselho Fiscal Efetivo: Maria José Oliveira dos Anjos, Dalva de Oliveira Lima e José Lima Pinheiro, Suplentes do Conselho Fiscal: Maria de Carvalho Souza, Antônio Bispo dos Santos, Maria Zélia Dias de Oliveira.
2006-2009	Presidente: Tereza Rocha dos Souza, Vice-presidente: Maria Santos Souza, Tesoureira: Helena Barreto de Souza, 2ª Tesoureira: Maria Zélia Dias Santiago, Secretário: Edney Souza Sacramento, 2ª Secretária: Maria das Graças Souza da Silva, Conselho Fiscal efetivo: Alexandre Hermógenes Santos, Edson Souza Araújo, José Barbosa de Lima, Conselho Fiscal Suplente: Manoel Messias de Oliveira, Maria Carvalho de Souza, José Lima Pinheiro.
2009 - 2012	Presidente: Tereza Rocha dos Souza, Vice-presidente: Maria Santos Souza, Tesoureira: Maria Zélia Dias Santiago, 2ª Tesoureira: Maria de Fátima Araújo Silva, Secretária: Tamires Gonçalves Damaceno, 2ª Secretária: Maria das Graças Souza da Silva, Conselho Fiscal: Leidinalva do Nascimento Santos, Maria Valentina de Jesus Santos, Suplentes do conselho fiscal: Evanildo Lima de Oliveira, Lucidalva Souza de Jesus, José Barbosa de Lima.
2012-2015	Presidente: Ivoneide Santos, Vice-presidente: Evanildo Lima de Oliveira, Tesoureira: Tereza Rocha dos Souza, 2ª Tesoureira: Maria de Fátima Araújo Silva, Secretária: Gildete Pereira da Silva, 2ª Secretária: Leidinalva do Nascimento Santos, Conselho Fiscal Efetivo: Maria Dilma Santos de Jesus, Izabele Azevedo Almeida, Cristina Barbosa de A. Santos, Suplentes do conselho fiscal: Maria Zélia Dias Santos, Lucidalva Souza de Jesus, Renilda Barbosa Santos.
2015-2018	Presidente: Ivoneide Santos, Vice-presidente: Leidinalva do Nascimento Santos Tesoureira: Maria Zélia Dias Santiago, 2ª Tesoureira: Lucidalva Souza de Jesus, Secretária: Zenilda Ramos de Souza, 2ª Secretária: Rolei Damascena Silva, Conselho Fiscal Efetivo: Gildete Pereira da Silva, Maria de Fátima de Araújo Silva, Armando Camilo dos Santos, Conselho fiscal, suplentes: Cristina Barbosa de Almeida Santos; Maria de Lourdes Lima Oliveira, Renilda Barbosa Lima Santos.
2018-2021	Presidente: Helena Barreto de Souza, Vice-presidente: José Celestino de Jesus, Secretária: Zenilda Ramos de Souza, 2ª Secretária: Gildete Pereira da Silva, Tesoureira: Maria Zelia Dias Santiago, 2ª Tesoureira: Lucidalva Souza de Jesus, Conselho fiscal efetivo: Maria de Fátima Araújo Silva, Valdir Ferreira Alves, Armando Camilo dos Santos, Conselho Fiscal, suplentes: Leidinalva do Nascimento Santos, Cristina Barbosa de Almeida Santos; Ivoneide Santos;

Quadro 2 - Equipe gestora

Fonte: Elaborado pela autora, dados de Atas da APAEB.

Os dados mencionados no Quadro 2 mostram que, durante esse período de atuação, a APAEB foi gerida por nove chapas, sendo que 8 delas teve como presidência mulheres, mulheres mãe, esposa, avó, entre tantas outras que vêm desenvolvendo atividades na instituição. A esse respeito, é importante mencionar que o papel da mulher na sociedade reverbera o quanto ela tem garra e força para desenvolver suas ações no mercado, sendo possível compreender que a dinâmica atuante da APAEB promove a interação social dessas mulheres, fortalece e amplia o potencial na luta por direitos garantidos.

A representação gráfica apresentada na figura 35 mostra o quadro operacional da APAEB, em que cada grupo eleito atua na condição votada, sendo, dessa forma, desenvolvidas as atividades gerenciais e sociais da instituição.



Figura 35 - Organograma funcional

Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/people/APAEB-Serrinha/100069250932023/>

Pela necessidade de seguir os protocolos de segurança estabelecidos durante o período da pandemia da COVID-19, as eleições 2021-2024 foram prorrogadas para o ano de 2022. Nesse sentido, a realização das atividades ficou suspensa, já que era preciso respeitar os limites estabelecidos.

Para Santos (2011), agir e participar é um componente fundamental no modelo organizativo das associações, pois tem um caráter democrático valioso para a sociedade por se tratar das diversas possibilidades que os grupos participantes promovem, fazendo-se presente por meio de encontros internos e externos aos movimentos associativos. Este cenário abre perspectiva para a condição de ativismo democrático que Veiga e Rech (2001) afirmam ser uma das formas mais profundas para promover diálogos sustentadores e promotores de mudanças tanto para o indivíduo quanto para a sociedade. O Quadro 3 elenca os membros/gestores e associados que representam a associação e a comunidade rural.

Conselho	Representantes
Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS	Helena Barreto de Souza e Luiz Lisboa de Oliveira
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA	Helena Barreto de Souza e Maria de Fatima Araújo Silva
Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM	Maria de Fatima Araújo Silva e Helena Barreto de Souza
Associação do Programa Um Milhão de Cisternas - AP1MC	Helena Barreto de Souza e Zenilda Ramos de Souza
Conselho Gestor de Fundo Rotativo - COGEFUR	Helena Barreto de Souza
Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia – CODES	Maria Zelia Dias Santiago
Conselho de Alimentação Escolar - CAE	Cristina e Armando Camilo dos Santos

Quadro 3: Representantes em conselhos

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Para Veiga e Rech (2001), a participação desses cidadãos nos conselhos gestores cumpre um papel democrático, mas faz-se necessário que haja uma real participação popular nas discussões, integrando sociedade e governo nas discussões de projetos do presente e do futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória desenvolvida ao longo desses anos pela APAEB, no Território do Sisal, construiu caminhos que promoveram muitas mudanças. A ideia que nasceu na cidade de Serrinha ampliou e se estruturou em outras cidades vizinhas, incluindo Ichu, Araci, Valente, Feira de Santana, e permanece até os dias atuais. Nesse cenário, observa-se a importância da construção social desenvolvida pelo cidadão ativo, visto que, por meio das insatisfações em comum, buscou diálogos e atuou na intenção de resolver as inquietações da comunidade rural.

A desmistificação do enigma da seca é um aspecto relevante que merece destaque nas ações “apaebianas”. Santos (2010) afirma que enquanto o governo do Estado cria o programa de combate à seca, o *slogan* dessa associação é emblemático: “O sertão tem tudo que se precisa. Se faltar a gente inventa”. Nessa perspectiva, percebe-se que essa afirmação de fato nos remete a compreender que o sertão, assim como um local de temperaturas muito baixas, tem alternativas e culturas que podem ser desenvolvidas com estratégia e planejamento.

E foi com esse entendimento que os associados e a comunidade buscaram medidas alternativas para fortalecer o mercado e assim mudaram a história, trazendo novas condições de vida para a população rural, que, por falta de conhecimento, perdia suas safras ou pela ausência da chuva ou seu excesso, vendia sua produção por preço muito baixo, sofria com a falta de tratamento de água, ausência de estrutura sanitária, ou seja, essa situação mantinha esse público vulnerável às ofertas e à estrutura da política clientelista.

Desse modo, o projeto APAEB surge com a necessidade de promover a justiça social e a solidariedade para com aqueles que viviam em condições precárias. E é nesse propósito que mantém suas atividades, promovendo e desenvolvendo ações que deem subsídios informativos e estruturais para os agricultores rurais, mulheres, adolescentes e crianças, visto que pensar a sociedade reflete promover ações que gerem mudanças. Isso implica dizer que a sociedade em ação é de extrema importância para manter e atuar conforme proposta de uma sociedade democrática.

Portanto, o trabalho da APAEB é na atualidade articulado com as instituições parceiras e se concretiza nas comunidades e regiões, que são contempladas com projetos, em que há ações comunitárias dos associados, formando redes e construindo identidades culturais. Nessa perspectiva, o associativismo representa possibilidades que se legitimam diante das escolhas que podem se tornar oportunidade de criar e fortalecer os interesses coletivos. Para tanto, é importante frisar que, para atingir essa estrutura de manutenção

ética, faz-se necessário o não envolvimento com os interesses político-partidários. Conforme Santos (2010), a cooptação nesse espaço é muito comum por ser uma forma de promoção rápida. No entanto, essa é uma condição à qual é negada a identidade associativa que deve prevalecer em atender aos interesses da comunidade sem vínculos partidários ou políticos.

Diante da aproximação com a entidade, com os pesquisados, fica evidente a correlação enfatizada por Santos (2011) com o tema tecido em seu livro “Gente ajudando Gente”, ou seja, trata-se de um processo de muitos desafios sociais enfrentados pelo povo e que são considerados forças reativas implantadas nas práticas sociopolíticas de forma velada.

Esse produto apresenta um pouco da trajetória percorrida pelos cidadãos participantes e também é uma forma de retorno social aos envolvidos nessa luta que representam a classe trabalhadora no meio rural.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DO ESTADO DA BAHIA (APAEB). **Ata de Fundação da Associação de Pequenos Agricultores do Estado da Bahia**. Serrinha: APAEB, 1980.

ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DO ESTADO DA BAHIA (APAEB). **Ata de Eleição e Posse da nova da Associação de Pequenos Agricultores do Estado da Bahia**. Serrinha: APAEB, 1993.

ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DO ESTADO DA BAHIA (APAEB). **Ata de Eleição e Posse da nova diretoria da Associação de Pequenos Agricultores do Estado da Bahia**. Serrinha: APAEB, 1997.

ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DO ESTADO DA BAHIA (APAEB). **Ata de Eleição e Posse da nova diretoria da Associação de Pequenos Agricultores do Município de Serrinha**. Serrinha: APAEB, 2000.

ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DO ESTADO DA BAHIA (APAEB). **Ata de Eleição e Posse da nova diretoria de Associação de Pequenos Agricultores do Município de Serrinha**. Serrinha: APAEB, 2003.

ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DO ESTADO DA BAHIA (APAEB). **Ata de Eleição e Posse da nova diretoria da Associação de Pequenos Agricultores do Estado da Bahia**. Serrinha: APAEB, 2006.

ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DO ESTADO DA BAHIA (APAEB). **Ata de Eleição e Posse da nova diretoria da Associação de Pequenos Agricultores do Estado da Bahia**. Serrinha: APAEB, 2012.

ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DO ESTADO DA BAHIA (APAEB). **Ata de Eleição e Posse da nova diretoria da Associação de Pequenos Agricultores do Estado da Bahia**. Serrinha: APAEB, 2015.

ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DO ESTADO DA BAHIA (APAEB). **Ata de Eleição e Posse da nova diretoria Associação dos Agricultores e Agricultoras familiares de Serrinha/Ba**. Serrinha: APAEB, 2018.

ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DO ESTADO DA BAHIA (APAEB). **Estatuto da APAEB**. Serrinha: APAEB, 2017.

ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DO ESTADO DA BAHIA (APAEB). **Currículo APAEB 20 de Serrinha/Ba**. Serrinha: 2015.

BACK JUNIOR, Irineu Luiz, **Agricultura familiar e políticas públicas: uma análise a partir de indicadores socioeconômicos**. 2019. 88 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.

BARREIRO, Diego (org.) **Feira agroecológica: alimentos saudáveis gerando renda e promovendo relações justas e solidárias no mercado**. Ouricuri: Caatinga, 2008.

BATISTA, Marize Damiana Moura Batista e. **A questão agrária movendo a migração de jovens no do campo em Irará (BA): uma análise socioespacial**. 2018. 396 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CARMO, Rafael Matos do. **Fatores de desempenho de associações e cooperativas de agricultores familiares na região de Barretos**. 2020. 78 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual Paulista, Jaboticabal, 2020.

CARVALHO, Margarida Vieira Lima. Desenvolvimento local: a gestão sob o olhar da administração. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 59, p. 23-29, jul./dez. 2018.

CARVALHO, Margarida Vieira Lima; BATISTA, Marize Damiana Moura Batista e. Associações, redes e movimentos sociais: elos para o fortalecimento do trabalho associativo. *In*: AMORIM, Ivonete Barreto de; PURIFICAÇÃO, Marcelo Máximo; TEIXEIRA, Maria Filomena Rodrigues. **Educação, sociedade e intervenção: interlocuções entre pesquisas**, Salvador: EDUFBA, 2020. p. 85-100.

CARVALHO, Margarida Vieira Lima; BATISTA, Marize Damiana Moura Batista. Associativismo rural e a questão de gênero: algumas ponderações. *In*: AMORIM, Ivonete Barreto de; CASTRO, Selma Daltro Barros de. **Seminário Internacional Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social**, 4.; 2021, Serrinha. **Anais [...]**. Serrinha: Universidade do Estado da Bahia, 2021. p. 347-353.

CARVALHO, Margarida Vieira Lima; BATISTA, Marize Damiana Moura Batista. Políticas públicas e a APAEB Serrinha no contexto da pandemia. *In*: CARNEIRO, Everton Nery *et al.* **Educação, políticas públicas e religião: diálogos interventivos**. 1. ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2020. p. 212-224.

CASTRO, Mary Garcia, **Mulheres Rurais – reprodução social e direitos humanos, aportes de agências internacionais e literatura ativista panorâmica, Brasil, hoje**. *In*: CASTRO, Mary Garcia (org.). **Mulheres rurais**. 1. ed. Brasília: Faculdade Latino-Americano de Ciências Sociais, 2020. p. 6-32.

Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia (CODES). Disponível em: <https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=Plano+Territorial+de+Desenvolvimento+Sustent%C3%A1vel+do+Territ%C3%B3rio+do+Sisal>. Acesso em: 30 out. 2021.

COELHO NETOS, Agripino Souza; LIMA, Jamille da Silva. **Território do Sisal-Bahia: da difundida precariedade ao fortalecimento dos ativismos sociais**. Geografares, [S. l.], n. 23, p. 51–71, 2017. DOI: 10.7147/GEO23.14388. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/14388>. Acesso em: 23 mar. 2023.

DIEESE. **Boletim de Conjuntura**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2021/boletimconjuntura31.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2021.

DUQUE, Eduardo; CALHEIROS, Antônio. O associativismo e os novos desafios da globalidade. COELHO NETO, Agripino Souza; SANTOS, Edinússia Moreira Carneiro; SILVA, Onildo Araújo da. **(GEO) grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010. p. 305-345.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**, Tradução: Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martins. 12. ed. Paz e Terra, 2011.

- GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco. **Educação Comunitária e Economia Popular**, São Paulo: Cortez, 2005.
- GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil**: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- GOHN, Maria da Glória. Educação popular na América Latina no novo milênio: impactos do novo paradigma. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 4, n. 1, p.53-77, dez. 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2006**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf. Acesso em: 15 set. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf. Acesso em: 15 set. 2021
- JARA, Carlos Julio. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Recife: Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco, 1998.
- LIMA, Cleidiane de Oliveira. “Fundou a fábrica não existe mais essa história de 70”: o surgimento da apaeb e suas mudanças ideológicas (1973-1997). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30., 2019, Recife, **Anais [...]**. Recife: ANPUH Brasil, 2019. p. 1-17.
- LUZ, Karlize Gavioli da. **Gestão organizacional na agricultura familiar**: estudos múltiplos em associações e cooperativas de produtores orgânicos. 2020. 223f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.
- MARINS, James. O empreendedorismo social como movimento transformador massivo. *In*: ANASTACIO, Mari Regina *et al.* **Empreendedorismo social e inovação no contexto brasileiro**. Curitiba: PUCPRESS, 2018. p. 13-29.
- OLIVEIRA, Janiele de Jesus. **Associativismo e territorialidade**: um olhar sobre a associação comunitária de Mombaça – Serrinha (BA). 2016. 96 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Licenciatura em Geografia) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Serrinha, 2016.
- PAGLIUSO, Antônio Tadeu; CARDOSO, Rodolfo; SPIEGEL, Thaís. **Gestão Organizacional**: o desafio da construção do modelo de gestão. São Paulo: Saraiva, 2010.
- COELHO NETO, Agripino Souza; SANTOS, Edinússia Moreira Carneiro; SILVA, Onildo Araújo da. **(GEO) grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010.
- SANTOS, Edinússia Moreira Carneiro; COELHO NETO, Agripino Souza. **Gente ajudando gente**: o tecido associativo do Território do Sisal. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.

SILVA, Filipe Prado Macedo da. O Território do Sisal. *In*: ORTEGA, Antônio César; PIRES, Murilo José de Souza (org.). As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual: um estudo de caso da Bahia. 1. ed. Brasília: Ipea, 2017, p. 151-183.

SILVA, Rafael Fernando Gontijo. **As organizações coletivas no campo**: análise do cooperativismo e do associativismo em Jataí e Rio Verde, Goiás-GO. Dissertação – (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2016.


TEIXEIRA, Maísa Gomide; HIGUCHI, Agnaldo Keiti; ROCHA, Eliza Emília Bernardo, VIEIRA Francisco Giovanni David. O programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (pronaf): um enfoque na perspectiva democrática de Alain Touraine. **Reuna**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 39-54. 2007.

MARGARIDA VIEIRA LIMA CARVALHO - Possui graduação em Administração pela Universidade do Estado da Bahia (2012). Atualmente é supervisora administrativa e financeiro - Colégio Educarte, Professora na Rede Estadual de Educação - Colégio Estadual Aristides Cedraz Oliveira/ Centro Territorial da Educação Profissional (CETEP) Sisal (Curso Técnico em Administração e áreas afins). Especialista em Consultoria Empresarial, 2016 - UNOPAR e Gestão de Negócios pela Universidade Candido Mendes - 2018. Membro do Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos Pesquisa e Extensão em Geografia e Educação (LEPEGE). Mestre em Educação Intervenção e Educativa e Social - (MPIES) UNEB Campus XI. Graduanda em Formação Pedagógica em Matemática pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniassevi).


<http://lattes.cnpq.br/6909722484897740>

O movimento associativo da **APAEB Serrinha:**

Desafios e possibilidades

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br


 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

O movimento associativo da **APAEB Serrinha:**

Desafios e possibilidades

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br